

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

ÁLVARO MAUS FILHO

APLICABILIDADE DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS
REPETITIVAS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NOS JUIZADOS
ESPECIAIS.

FLORIANÓPOLIS
2012

ÁLVARO MAUS FILHO

APLICABILIDADE DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS
REPETITIVAS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NOS JUIZADOS
ESPECIAIS.

Trabalho de Conclusão apresentado ao
Curso de Graduação em Direito da
Universidade Federal de Santa Catarina,
como requisito à obtenção do título de
Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo de Avelar Lamy

FLORIANÓPOLIS

2012

Autor: Álvaro Maus Filho

Título: Aplicabilidade do incidente de resolução de demandas repetitivas do Novo Código de Processo Civil nos Juizados Especiais.

Trabalho de Conclusão apresentado ao
Curso de Graduação em Direito da
Universidade Federal de Santa Catarina,
como requisito à obtenção do título de
Bacharel em Direito.

Florianópolis, 03 de julho de 2012.

Prof. Dr. Eduardo de Avelar Lamy

Profa. Msc. Juliana Wulfinf

Autor: Álvaro Maus Filho

Título: Aplicabilidade do incidente de resolução de demandas repetitivas do Novo Código de Processo Civil nos Juizados Especiais.

Trabalho de Conclusão apresentado ao
Curso de Graduação em Direito da
Universidade Federal de Santa Catarina,
como requisito à obtenção do título de
Bacharel em Direito.

Florianópolis, 03 de julho de 2012.

Prof. Dr. Eduardo de Avelar Lamy

Prof. Msc. Marcus Vinícius Motter Borges

Prof. Bel. Fellipe de Souza Farinelli Medeiros

Tired of lying in the sunshine staying home to watch the rain
You are young and life is long and there is time to kill today
And then one day you find ten years have got behind you
No one told you when to run, you missed the starting gun

Time – Pink Floyd

RESUMO

Tem como objetivo o presente trabalho demonstrar em que medida pode o incidente de resolução de demandas repetitivas, presente no Projeto de Lei de Novo Código de Processo Civil – PL nº 8.046/2010, ser aplicado aos Juizados Especiais, e quais são os benefícios e riscos da utilização desse novo instituto processual neste microssistema.

De início, aborda a monografia o histórico, finalidades e os princípios norteadores dos Juizados Especiais. Juntamente, analisa as formas de uniformização de jurisprudência presente neste sistema.

Após, faz breve estudo a respeito dos motivos que ensejam a criação do incidente de resolução de demandas repetitivas e sobre o seu funcionamento no Novo CPC. Demonstra ainda a natureza da decisão do incidente e quais os benefícios e riscos implicam a utilização desta

Por último, examina a questão da aplicação subsidiária do CPC nos Juizados Especiais e trata da aplicabilidade do incidente de resolução de demandas repetitivas neste microssistema, apontando as consequências da sua utilização e alguns aspectos procedimentais destacados.

Palavras-chave: Incidente de resolução de demandas repetitivas. Juizados Especiais. Novo CPC. Aplicação subsidiária do CPC nos Juizados Especiais. Precedentes vinculantes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. DOS JUIZADOS ESPECIAIS.....	11
1.1. Histórico e finalidades.....	11
1.2. Princípios Informativos.....	14
1.2.1. Oralidade.....	15
1.2.2. Simplicidade e Informalidade.....	17
1.2.3. Economia Processual e Celeridade.....	18
1.2.4. Auto composição.....	20
1.3. As regras vigentes de uniformização de jurisprudência nos Juizados Especiais Federais e da Fazenda Pública	20
2. O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	23
2.1. Fundamentos motivadores da criação do IRDR.....	23
2.2. O procedimento Modelo Alemão (Musterverfahren).....	27
2.3. O incidente de Resolução de Demandas repetitivas do novo CPC.....	29
2.4. A natureza da decisão do IRDR.....	35
2.4.1. Significado de precedente vinculante.....	35
2.4.2. A decisão do IRDR como precedente vinculante.....	36
2.5. Benefícios da utilização de precedentes vinculantes no tratamento das demandas repetitivas.....	37
2.5.1. Igualdade perante as decisões e coerência do ordenamento.....	37
2.5.2. Segurança jurídica.....	38
2.5.3. Favorecimento de acordos e desestímulo à litigância.....	39
2.6. Riscos na utilização de precedentes vinculantes.....	40

3. ADEQUAÇÃO DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS AO MICROSSISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS.....	43
3.1. A aplicação subsidiária do CPC nos Juizados Especiais.....	43
3.1.1. A posição do STF.....	43
3.1.2. A posição da doutrina e dos demais tribunais.....	45
3.2. Adequação do incidente de resolução de demandas repetitivas ao microssistema dos Juizados Especiais.....	48
3.2.1. No tocante aos princípios.....	48
3.2.2. No que tange às regras especiais dos Juizados.....	50
3.2.3. No âmbito da experiência operativa e empírica.....	52
3.3. Questões procedimentais destacadas.....	53
3.3.1. Competência.....	53
3.3.2. Abrangência da vinculação do incidente instaurando em procedimentos comuns: atingimento dos Juizados Especiais.....	55
3.3.3. Compatibilização com as regras vigentes de uniformização de jurisprudência.....	55
3.3.4. A concessão de medidas de urgência no eventual incidente de resolução de demandas repetitivas em sede de Juizados Especiais.....	56
CONCLUSÃO.....	59
REFERÊNCIAS.....	61
ANEXOS.....	64

INTRODUÇÃO

Grande problema que aflige hoje o Poder Judiciário são as chamadas demandas repetitivas, as quais representam representativo volume de processos que tramitam nos fóruns e tribunais brasileiros e trazem junto com elas também significativa diversidade de decisões a respeito de um mesmo ponto de direito.

O Projeto de Lei de Novo Código de Processo Civil – PL n° 8046, sensível a este problema, criou nos artigos 930 à 941 o incidente de resolução de demandas repetitivas, como medida para inibir o ajuizamento desse tipo de demanda, pacificar a jurisprudência a elas relativa, além de garantir uma tramitação mais rápida para estes litígios.

Contudo, o fenômeno das demandas repetitivas não é exclusividade somente dos procedimentos comuns regidos pelo Código de Processo Civil, atinge ele de forma impactante também o microssistema dos Juizados Especiais. Tais demandas, em geral, são decorrentes de relações de consumo ou relativas à questões de direito público, e, em diversos, casos têm como objeto bens da vida de baixo valor econômico além de serem de baixa complexibilidade, o que traz boa parte dessas demandas aos Juizados Especiais

Assim, inevitável será o seguinte questionamento com a entrada em vigor do Novo Código: aplica-se também o incidente nos Juizados Especiais? É justamente esta pergunta que visa o presente estudo responder. Em que medida pode este novo instituto ser utilizado neste microssistema, quais são os benefícios que trará ele e também os riscos. Juntamente esclarece presente trabalho algumas questões procedimentais destacadas da aplicação do incidente nos âmbito dos juizados.

Importante ressaltar que encontra-se o Projeto de Lei 8046/2010 em tramitação atualmente na Câmara dos Deputados, tendo ali o texto original elaborado pelo Senado Federal sofrido mais de 900 emendas.

A presente monografia considerou o Projeto de Lei 8046/2010 no seu estado atual, de acordo com as emendas mais recentes, elaboradas até o dia 22/11/2012, as quais apresentam em alguns pontos alguma falta de sistematicidade

em relação às demais disposições do Novo Código, tendo em vista não ter sido ainda elaborado pela Câmara dos Deputados a redação final do Projeto de Lei, na qual certamente serão consertados as eventuais contradições.

1. OS JUIZADOS ESPECIAIS

1.1 Histórico e finalidades

A história dos Juizados Especiais tem início na década de 80 com a instituição do Programa Nacional de Desburocratização, pelo Governo Federal. Iniciativa que visava melhorar o desempenho da prestação de serviço do Estado, mais especificamente do Poder Executivo e suas autarquias, *“por meio da simplicidade, da ênfase nos resultados e da economia de tempo e dinheiro na tomada de decisões”*¹.

Com a finalidade de dar conta dos problemas na prestação de serviço estatal, o Ministério da Desburocratização, órgão capitaneador do projeto em questão, colocou-se à disposição da população brasileira para ouvir as reclamações dos consumidores de serviços públicos.

O resultado da consulta foi que juntamente com as reclamações proferidas contra as atividades do Poder Executivo, ocorreram também muitas queixas ao Poder Judiciário no sentido de que este era lento, caro e seus procedimentos eram de difícil compreensão ao cidadão comum. Fato que fez o Ministério incluir o Judiciário na pauta referido programa ².

Implantada a missão de tornar o Judiciário mais acessível ao cidadão comum, partiu o então Secretário Executivo do Programa de Desburocratização em viagem aos Estados Unidos para conhecer a experiência das *Small Claim Courts* da cidade de Nova Iorque. Uma espécie de justiça que tinha como objeto causas de menor valor econômico e que eram resolvidas por meio de um procedimento simples e rápido, sem a necessidade da presença de um advogado³.

Embora tenha ido buscar no estrangeiro ideias para dar solução ao problema que assolava o judiciário brasileiro, é importante lembrar que já se tentava no Estado do Rio Grande do Sul resolvê-los por meio do Conselho de Conciliação e Arbitramento, criado pela Associação de Juizes do Rio Grande do Sul com a

¹CUNHA, Luciana Gross Siqueira. Juizado especial: criação, instalação, funcionamento e a democratização do acesso à justiça. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 15

² Ididem. p. 16.

³ Ididem. p. 17.

finalidade de permitir um acesso à justiça de forma barata e simples para os conflitos de pouca monta⁴.

Não obstante a experiência gaucha, foi elaborado pelo próprio secretário do referido programa, com inspiração na experiência norte americana, juntamente com uma comissão de renomados juristas, o ante projeto que viria se tornar na Lei 7.244/84, a qual instituiu o Juizado Especial de Pequenas Causas. Diploma legislativo que carrega também fortes traços do movimento de acesso à justiça que começou a ganhar força no final da década de 70 e início da década de 80⁵, por conta dos estudos elaborados por Mauro Capeletti e Brian Garth.

Sobre os objetivos da referida lei cumpre reproduzir a seguinte lição de Kazuo Watanabe, mencionado por Cunha⁶:

A grande preocupação (da lei que criou os juizados de pequenas causas) foi remover aquela ideia negativa de que não vale a pena ir à Justiça. [...] O objetivo perseguido, [...], é o de canalizar para o Judiciário todos os conflitos de interesses, mesmo os de pequena expressão, uma vez que é aí o lócus para sua solução. (...). A proposta de criação do JEPC pretende fundamentalmente, reverter essa mentalidade, resgatando ao Judiciário a credibilidade popular de que é ele merecedor e fazendo renascer no povo, principalmente nas camadas média e pobre, vale dizer, do cidadão comum, a confiança na Justiça e o sentimento de que o direito, qualquer que seja ele, de pequena ou grande expressão, sempre deve ser defendido. Da defesa que cada um faça de seu direito pela via norma, depende a vitalidade da ordem jurídica nacional.

Na mesma esteira é a opinião de Ovídio Batista⁷, o qual aponta como finalidade dos juizados o fácil acesso à Justiça para aqueles que necessitam se utilizar de causas de pequeno valor, para as quais a lentidão do procedimento comum e o seu custo constituem barreiras que impedem o acesso ao Poder Judiciário à grande parte da população. Além disso, pontua o referido autor que têm também os juizados como escopo a:

absorção de uma extensa área de conflitos sociais nunca alcançados pela jurisdição comum, particularmente os modernos conflitos

⁴ ABREU, Pedro Manoel. Acesso à justiça e juizados especiais: o desafio histórico da consolidação de uma justiça cidadã no Brasil. Florianópolis: Fundação Boiteaux, 2004. p. 184.

⁵ CUNHA, Luciana Gross Siqueira. Juizado especial: (...) São Paulo: Saraiva, 2008. p. 21.

⁶ Ididem. p. 20.

⁷ SILVA, Ovídio. A Baptista da. Juizado de pequenas causas. Porto Alegre: Letras Jurídicas 1985, p 19.

peculiares à civilização moderna, identificados como conflitos urbanos, de massa, que formam um perigoso contingente de “litigiosidade contida”, como os caracteriza Kazuo Watanabe. Para estes conflitos, a estrutura e os próprios instrumentos de que se utiliza a jurisdição, seriam impróprios.

Com a promulgação da Constituição 1988, passou a ser obrigatória, por força do art. 98, a criação pelos Estados de “*juizados especiais [...], competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexibilidade [...], mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau*”.

A fim de regular esta disposição Constitucional, foi promulgada em 1995 a Lei 9.099, a qual revogou a Lei 7.244/84, mas manteve grande parte das disposições desta e também os mesmos objetivos de realização de uma justiça célere, simples e de baixo custo. Nesse sentido, é o entendimento de Abreu⁸:

Na parte cível acolheu por inteiro, com pequenas modificações e acréscimos, as ideias e os princípios contidos na Lei nº 7.244/84, que foi expressamente revogada (artigo 97). A modificação mais significativa verificou-se na ampliação da competência dos juizados. Todavia, não foi alterada a matriz ideológica do sistema, que preconizava a facilitação do acesso à justiça pelo cidadão comum, especificamente pela camada mais humilde da população.

Mais tarde foram criadas também as Leis dos Juizados Especiais Federais e da Fazenda Pública, com a finalidade de ampliar o microssistema dos juizados também ao âmbito da Fazenda Pública Estadual e Federal. Embora tenha cada uma dessas leis suas peculiaridades, ambas fazem parte de um mesmo sistema que segue uma principiologia única estatuída pela Lei 9.099/95, a qual serve de certa forma como uma parte geral para outras modalidades de juizado.

Sobre os objetivos e atribuições do microssistema dos Juizados Especiais instituído pela Lei 9.099/95, ensina Figueira⁹ que “*introduziu-se no mundo jurídico um novo sistema ou, ainda melhor, um microssistema de natureza instrumental e de*

⁸ ABREU, Pedro Manoel. Acesso à justiça e juizados especiais: [...] Florianópolis: Fundação Boiteaux, 2004. p. 208.

⁹ FIGUEIRA Junior, Joel Dias / TOURINHO Neto, Fernando da Costa. Juizados Especiais cíveis e criminais: comentários à Lei 9.099/95. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora dos Tribunais, 2007. p 44.

instituição constitucionalmente obrigatória (o que não se confunde com a competência relativa e a opção procedimental) destinado à rápida e efetiva atuação do direito.”

Complementando este raciocínio, Câmara¹⁰ versa que os Juizados Especiais têm o relevante objetivo de tornar possível que chegue ao Poder Judiciário *“aquela pretensão que normalmente não seria deduzida em juízo em razão de sua pequena simplicidade ou de seu valor ínfimo. Imagine-se, e.g., como seria cobrar em juízo uma dívida de valor irrisório (dez reais, por exemplo) sem que houvesse um processo simplificado como o dos Juizados Especiais”*.

Visto de maneira o histórico e as finalidades dos Juizados Especiais, cumpre agora analisarmos os princípios informativos que regem este microssistema.

1.2 Princípios Informativos

Trouxe a Lei 9.099/95 expressamente no seu art. 2º da Lei 9.099/95¹¹ que o processo nos Juizados Especiais será pautado pelos *“critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando sempre que possível, a conciliação ou a transação”*.

CÂMARA¹² ao tratar do referido artigo, ensina que:

Os princípios enumerados no art. 2º da Lei nº 9.099/95 são, pois, os princípios gerais, informativos do microssistema dos Juizados Especiais Cíveis. Sua generalidade os torna vetores hermenêuticos, o que significa dizer que toda interpretação do Estatutos dos Juizados Especiais Cíveis só será legítima se levar em conta tais princípios. Sendo assim, para que um desses princípios seja afastado em alguma situação é preciso que haja regra expressa excepcionando sua incidência, ou que haja algum conflito entre dois princípios, caso em que apenas um deles – o que proteger o interesse mais relevante no caso sub examine – poderá incidir.

Sendo então os princípios enumerados no referido artigo a bussola dos Juizados Especiais, imprescindível é o estudo de cada um deles, a fim de que se

¹⁰ CÂMARA, Alexandre Freitas. Juizados Especiais cíveis estaduais, federais e da fazenda pública uma abordagem crítica. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2012. p. 312.

¹¹ BRASIL. Lei n.º 9.099/95. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.

¹² CÂMARA, Alexandre Freitas. Juizados Especiais (...) 2012. p. 7

possa mais a frente verificar em que medida pode o incidente ser aplicado no microssistema em questão.

1.2.1 Princípio da oralidade

Silva¹³ ensina que na prevalência da palavra escrita ou da oral, no que diz respeito às alegações das partes e na demonstração das provas, “*diz-se de um determinado ordenamento processual que ele é do tipo oral ou escrito*”.

Entretanto, consoante Câmara¹⁴, o processo oral não se resume àquele em que prevalece a palavra falada. É na verdade modelo processual que, conforme a lição de Chiovenda, “*se baseia em cinco postulados fundamentais: prevalência da palavra falada sobre a escrita; concentração dos atos processuais em audiência; imediatidade entre o juiz e a fonte da prova oral; identidade física do juiz; irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias*”.

No caso dos Juizados, cada um desses postulados encontra-se nele inserido e manifesta-se por meio das formas procedimentais previstas na sua lei.

A palavra falada se sobrepõe a escrita, consoante a lição de Abreu¹⁵, na medida em que é possível realizar o pedido de forma oral, bem como é viável a apresentação de defesa na mesma forma. A sentença também, em regra, pode ser proferida oralmente, além dos próprios embargos de declaração e dentre outros atos processuais previstos nas leis que regem o microssistema em questão.

Tem os Juizados Especiais ainda a regra da concentração dos atos processuais em uma audiência una e indivisível, conforme se infere dos artigos 27, 28 e 29 da Lei 9.099/95¹⁶. Nesta primeiramente é tentada a conciliação entre as partes, e se a autocomposição entre estas não se mostrar possível, passa-se à apresentação de resposta pelo réu, seguindo-se com a fase de instrução de julgamento.

¹³ SILVA, Ovídio Araújo Baptista da/ GOMES Fábio Luiz. Teoria geral do processo civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2009.

¹⁴ CÂMARA, Alexandre Freitas. Juizados Especiais (...) 2012. p. 8.

¹⁵ ABREU, Pedro Manoel. Acesso à justiça e juizados especiais: o desafio histórico da consolidação de uma justiça cidadã no Brasil. Florianópolis: Fundação Boiteaux, 2004. p 213.

¹⁶ BRASIL. Lei n.º 9.099 de 26 de setembro de 1.995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.

A imediatidade entre o Juiz e a fonte da prova oral significa, no entender de Câmara¹⁷, que “*deve haver contato direto entre o juiz e as pessoas que vão prestar depoimento no processo (partes, testemunhas, perito)*”. Na hipótese dos Juizados, o contato entre os sujeitos do processo e o juiz ocorre na fase de instrução e julgamento que é em regra presidida por ele ou por um juiz leigo, que tem a prerrogativa de elaborar sentença a ser homologada pelo magistrado togado responsável pela respectiva vara.

A identidade física do juiz, por sua vez, diz respeito à vinculação deste com o processo. Nos dizeres de Silva¹⁸, “*é o princípio segundo o qual o mesmo juiz que haja presidido a instrução da causa deve ser o juiz da sentença*”. A respeito desse ponto, é expressa a Lei dos Juizados, ao dispor no artigo que a sentença deve ser proferida pelo juiz na própria audiência de instrução e julgamento.

Por último, prestigia também o microssistema dos juizados, o postulado da irrecorribilidade das decisões interlocutórias, na medida em que não se admite, em regra, contra estas a interposição de agravo. No entendimento de Câmara, incide a máxima estabelecida para o processo civil comum italiano:

os vícios do processo, uma vez proferida a sentença, transformam-se em razões de apelação. Significa isso dizer que, uma vez proferida decisão interlocutória, contra ela não cabe recurso, mas por outro lado, a matéria a qual a mesma versa não fica coberta pela preclusão. Desse modo, uma vez proferida a sentença, será possível, no recurso que contra ela venha ser interposto, sejam suscitadas todas as matérias que tenham sido objeto das decisões interlocutórias proferidas ao longo do processo. Para continuar usando exemplo anteriormente figurado, poder-se-á pleitear a anulação da sentença por cerceamento de defesa se houve uma decisão interlocutória indeferindo a produção de certa prova requerida pela parte que afinal restou vencida.

Contudo, contempla o microssistema exceção a este princípio. Vem ela expressa na Lei dos Juizados Especiais Federais, nos artigos 4 e 5¹⁹, a qual permite

¹⁷ CÂMARA, Alexandre Freitas. Juizados Especiais (...) 2012. p. 11.

¹⁸ SILVA, Ovídio Araújo Baptista da. Teoria geral do processo civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2009. p. 48.

¹⁹ BRASIL. Lei n.º 9.099 de 26 de setembro de 1.995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.

a interposição de agravo contra decisão que concede medida cautelar no curso do processo.

1.2.2 Simplicidade e informalidade

Na opinião de Câmara²⁰, embora mencione a lei informalidade e simplicidade, está-se diante de um princípio apenas, que preconiza que os Juizados Especiais devem ser totalmente desformalizados. Segundo este autor:

É evidente que não se poderá jamais acabar com as formas dos atos processuais. Todo ato jurídico tem, entre seus elementos constitutivos, uma forma. Seja ela solene ou não, todo ato de forma. O que se busca é abolir o formalismo, ou seja, o exagero formal. A forma deve ser encarada apenas com um instrumento destinado a assegurar a obtenção do resultado a que se dirige o ato jurídico (seja ele processual ou não). Daí, sempre que tal resultado for alcançado, deve ser o ato considerado válido, ainda que praticado por forma diversa da prescrita em lei. Tem-se, pois, com isso, o princípio da instrumentalidade das formas, de que trata expressamente o Código de Processo Civil na segunda parte do art. 154.

Por seu turno, a Lei 9.099/95, reafirma esta regra, no seu artigo 13²¹, qual estabelece que *“os atos processuais serão válidos sempre que preencherem as finalidades para as quais forem realizados, atendidos os critérios indicados no art. 2º desta Lei”*.

Sobre o tema em debate, Figueira²² vai além ao preconizar que o princípio em questão, inclusive autoriza que o juiz *“busque soluções alternativas de ordem procedimental para obter uma prestação da tutela jurisdicional mais rápida e hábil a adequar a ação de direito material àquela de direito processual”*.

Câmara²³ elenca ainda que a informalidade dos Juizados Especiais é fundamental para aproximar o cidadão comum do Poder Judiciário. Segundo ele, o formalismo exacerbado espanta o jurisdicionado, sendo contrário, portanto, aos princípios norteadores desse microsistema. Chega mencionar o referido autor ser:

²⁰ CÂMARA, Alexandre Freitas. Juizados Especiais (..) 2012. p. 15.

²¹ BRASIL. Lei n.º 9.099 de 26 de setembro de 1.995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.

²² FIGUEIRA Junior, Joel Dias / TOURINHO Neto, Fernando da Costa. Juizados Especiais cíveis e criminais: comentários à Lei 9.099/95. (...), 2007. p 79.

²³ CÂMARA, Alexandre Freitas. Juizados Especiais (..) 2012. p. 16.

incompatível com o princípio da informalidade a utilização, pelo juiz, em audiência de instrução e julgamento, de toga. Ao meu sentir a toga afasta, cria um distanciamento que é de todo incompatível com os Juizados Especiais Cíveis. Não há informalidade onde alguém veste uma toga! A própria exigência de que os advogados vistam terno e gravata parece-me incompatível com o princípio da informalidade. (...) O mesmo pode ser dito, anote-se, a respeito dos tratamentos formais que costumam ser dispensados ao juiz e aos advogados (que, nos Juizados Especiais Cíveis, não precisam ser chamados, a meu ver, de “excelência, ainda que tenha, evidentemente, de ser chamados respeitosamente).

1.2.3 Economia processual e celeridade

Para Bueno²⁴ o princípio da economia processual, hoje constitucionalmente garantidos pela inserção do inciso LXXVII no art. 5º da Constituição pela EC 45/2004²⁵, “*deve ser entendido como aquele segundo o qual a atividade jurisdicional deve ser prestada sempre com vistas a produzir o máximo de resultados com o mínimo de esforços*”. Contudo, ressalta o referido autor que:

o inciso LXXVII do art 5º da Constituição Federal, mesmo que possa ser lido sob o nome comum de “economia processual”, pelas razões expostas, a seu tempo, nos parágrafos anteriores, traz duas diretrizes diversas, embora complementares. Uma é a relativa à “duração razoável do processo”. Outra é a relativa aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

Vê-se, portanto, que o princípio da celeridade atualmente é uma das faces do princípio maior da economia processual, o qual tem na outra ponta também a garantia aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

No caso dos Juizados Especiais, conforme ensina Câmara²⁶, tais princípios manifestam-se em diversos pontos como, por exemplo, na possibilidade da conversão da sessão de conciliação em audiência de instrução e julgamento, a realização de prova pericial de forma simplificada, com a oitiva do perito em audiência, a possibilidade de realização de inspeção judicial dentro a audiência de

²⁴ BUENO, Cássio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil. São Paulo: Saraiva. 2008. p. 143.

²⁵ BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

²⁶ CÂMARA, Alexandre Freitas. Juizados Especiais (..) 2012. p. 16.

instrução e julgamento e dentre outras hipóteses, a diminuição de alguns prazos processuais (como por exemplo., o prazo para interposição de recurso contra sentença, menor no microssistema dos Juizados Especiais Cíveis do que no Código de Processo Civil) etc.

Ainda segundo o aludido autor, é também com base nos princípios ora em análise *“que a tutela antecipada, embora omissa a Lei 9.099/95 a seu respeito, é cabível no processo dos Juizados Especiais Cíveis, já que se trata de um mecanismo de aceleração da entrega da prestação jurisdicional”*.

Sem prejuízo do entendimento da doutrina a respeito do assunto, entendemos ainda que o princípio em questão também deve ser visto sob a ótica do custo do processo nos Juizados para a parte, tendo em conta que de nada adianta ter um procedimento ágil com meios que garantam o seu máximo resultado, se este é demasiado dispendioso.

Neste ponto, pertinente é a lição de Marinoni²⁷ (pág 79):

Se a celeridade contribui com a efetividade, de modo especial quando estão presentes as causas das pessoas menos favorecidas, isso não quer dizer que um dos elementos necessários para a efetividade do acesso à justiça possa ser visto como a causa de ser dos Juizados. O problema da tempestividade do processo passa pela necessidade de criação de um maior número de órgãos jurisdicionais, da adoção de um critério mais racional de distribuição de competência, de uma melhor formação dos juizes, de critérios mais eficientes e probos de seleção de auxiliares judiciários etc. De modo que é incorreto pensar os Juizados como meros órgãos destinados à aceleração da justiça, pois, dessa forma, estar-se-ia diante da transformação dos Juizados em varas cíveis peculiarizadas pela adoção de um processo deformalizado mais ágil. *Não bastam a deformalização e a aceleração do procedimento se é esquecida a ideologia que inspirou a sua instituição.*

Dessa forma, não se pode esquecer que qualquer aplicação de instituto novo nos Juizados, deve passar pela análise também do possível custo que agregará ao processo com a sua utilização, visto que uma das finalidades últimas desse microssistema é permitir que demandas seja viável o ajuizamento de

²⁷ MARINONI, Luiz Guilherme. Técnica processual e tutela dos direitos. 3 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010. p. 79.

demandas de baixo valor econômico, sejam elas interpostas por pessoas de baixa renda ou não.

1.2.5 Auto composição

Por último, tem-se o princípio da auto composição, o qual impõe que durante o curso do processo sempre se busque a conciliação entre as partes.

Na ideia de Câmara²⁸, a auto composição tem o mérito de permitir que as partes busquem soluções consensuais que, na maior parte dos casos, conseguem acabar com a *“animosidade existente entre as partes de modo a fazer com que suas relações possam ser mantidas, continuando a se desenvolver”*.

No mesmo sentido entende Marinoni²⁹, ao afirmar que auto composição *“permite a real eliminação da desavença, uma vez que, pelo diálogo, dá às partes a oportunidade de restaurarem a confiança e estabelecerem perspectiva de relação futura estável e até mesmo frutífera”*.

Em outras palavras, pode-se afirmar que a auto composição da real fim a lide existente entre as partes de eventual processo judicial.

Este quando é decidido pelo Juiz, sempre identifica um vencedor e um perdedor, o qual, por óbvio, sai no mínimo insatisfeito com a decisão, ou se não com mais laços de desafeto com a parte contrária.

No caso de acordo, não há uma decisão imposta pelo Juiz. As partes mesmo decidem o que é mais conveniente a elas. Conseguem, portanto, assimilar melhor a decisão e realmente resolverem o problema que foi posto em juízo.

1.3 As regras vigentes de uniformização de jurisprudência nos Juizados Especiais Federais e da Fazenda Pública.

Tem o incidente dentre outras funções a de uniformizar o entendimento a respeito da interpretação das normas jurídicas aplicáveis às demandas repetitivas. Assim, como há no microssistema dos juizados recursos que visam o mesmo fim,

²⁸ CÂMARA, Alexandre Freitas. Juizados Especiais (...) 2012. p. 19.

²⁹ MARINONI, Luiz Guilherme. Precedentes Obrigatórios. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2010. p. 182.

cumpra agora analisarmos as regras a estes concernentes, para mais a frente verificarmos em que medida há compatibilização com o instituto ora em estudo.

Prevê a Lei dos Juizados Especiais Federais, no artigo 14³⁰ que “*caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei*”. Por sua vez, dispõe o artigo 18 da Lei dos Juizados Especiais da Fazenda Pública que “*caberá pedido de uniformização de interpretação de lei quando houver divergência entre decisões proferidas por Turmas Recursais sobre questões de direito material*”.

No caso dos Juizados Especiais Federais, por conta da regra do parágrafo segundo do artigo 14³¹, conclui-se que também cabe pedido de uniformização na hipótese em que há divergência entre Turmas Recursais de Regiões diferentes, bem como entre estas e a jurisprudência dominante do STJ. Neste caso, a competência para julgar os recursos é das Turmas de Uniformização Nacional, devidamente organizadas pelo Conselho da Justiça Federal.

Já no âmbito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, a interpretação que remete o parágrafo segundo do artigo 18³² da respectiva lei, é a de que cabe também o recurso em questão no caso em que há divergência entre Turmas Recursais de diferentes estados, bem como quando se contrariar o entendimento majoritário do STJ. Sendo deste a competência para dirimir a divergência levantada no recurso.

Nos casos em que há apenas divergência entre as Turmas Recursais da mesma Região ou do mesmo Estado, a competência para o julgamento dos recursos é, respectivamente, das Turmas Regionais de Uniformização e da organização das Turmas Recursais dos Estados.

³⁰ BRASIL. Lei n°. 10.259/01, de 12 de julho de 2001 . Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Federais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.

³¹ BRASIL. Lei n°. 10.259, de 12 de julho de 2001 . Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Federais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.

³² BRASIL. Lei n°. 12.153, de 22 de dezembro de 2009 . Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

Não estabelecem as leis prazo para a interposição do pedido de uniformização da lei federal. Contudo, a Resolução 390/04³³ do Conselho da Justiça Federal estabelece no seu artigo 8º que o pedido dirigido à Turma Nacional deverá ser apresentado ao presidente da Turma Recursal que proferiu a decisão no prazo de 10 dias. Prazo que vem sendo atado também no âmbito das Turmas Regionais.

A doutrina de Câmara³⁴, por sua vez, entende que na ausência de fixação de prazo, há de se adotar a regra do artigo 185 do CPC, o qual estipula que serão de 5 dias os prazos nas hipóteses em que a lei ou o juiz forem omissos quanto a ele.

Por último, interposto o recurso e ouvida a parte contrária – não obstante a omissão da lei, deverá ser oportunizada manifestação do recorrido, em função do princípio do contraditório – será o pedido de uniformização julgado pelo órgão competente.

³³ BRASIL. CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. Resolução nº. 390 de 17 de setembro de 2004. Dispõe sobre o Regimento interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais.

³⁴ CÂMARA, Alexandre Freitas. Juizados Especiais (..) 2012. p. 245.

2 O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Descrito de maneira breve os fundamentos dos Juizados Especiais, cabe agora estudarmos o incidente de coletivização previsto no anteprojeto do CPC, para após verificarmos em que medida aplica-se ele naquele microssistema.

2.1. Fundamentos motivadores da criação do IRDR

Um dos grandes entraves hoje do Poder Judiciário é o grande número de processos que atolam os tribunais e fóruns espalhados por todo o país. Dentre este gigantesco volume de ações encontram-se as chamadas “*demandas repetitivas*” que representam significativa parcela dos processos que repousam sobre a mesa dos magistrados brasileiros. A respeito do assunto, afirma FUX³⁵:

o Brasil experimenta esse contencioso de massa através de milhares de ações questionando a legalidade da assinatura básica, os índices de correção da poupança em confronto com as perdas geradas pelos planos econômicos, os índices de correção do FGTS, o pagamento de impostos por determinadas categorias, a base de cálculo de tributos estaduais, municipais, federais etc.)

Tais demandas caracterizam-se, conforme a lição de BASTOS³⁶, em:

demandas-tipo, decorrentes de uma relação-modelo, que ensejam soluções-padrão. Os processos que versam sobre os conflitos massificados lidam com conflitos cujos elementos objetivos (causa de pedir e pedido) se assemelham, mas não chegam a se identificar. Cuida-se de questões afins, cujos liames jurídicos materiais concretos são similares, entre si, embora não consistam num só e mesmo vínculo. (...) Não se trata da mesma causa de pedir (ex. Do mesmo contrato, de uma só relação entre um segurado e a previdência social, nem de uma única relação entre o contribuinte e o fisco etc.), nem de um só pedido (ex. A devolução em dobro do mesmo valor, o reajuste de um único benefício previdenciário, uma só devolução do valor do tributo cobrado indevidamente etc.). Não lhes é comum o objeto, nem a causa de pedir.

³⁵ FUX, Luiz. **O novo processo civil brasileiro (direito em expectativa): (reflexões acerca do projeto do novo Código de Processo Civil)**. Coordenador Luiz Fux. Rio de Janeiro: Forense. 2011. p. 22.

³⁶ BASTOS, Antonio Adonias Aguiar. **O Devido Processo Legal nas Causas Repetitivas**. In: Tutela jurisdicional coletiva. Salvador: JusPodivm, 2009.

Dito de outra forma, as espécies de demandas repetitivas identificam-se por versarem a mesma questão de direito. Embora muitas vezes entre elas haja alguma pouca distinção das questões fáticas postas em juízo, sempre lhes é comum a controvérsia a respeito da interpretação de determinada norma jurídica.

Acompanha a multiplicidade desse tipo de demanda também a diversidade de decisões judiciais a respeito do mesmo ponto de direito. Não é incomum que um juiz de primeiro grau decida de maneira completamente diferente a mesma controvérsia de direito colocada para o seu colega que atua no gabinete logo ao lado. E não é só na primeira instância, tal prática é recorrente inclusive entre as câmaras do STJ, órgão que tem o dever constitucional de zelar pela uniformização da interpretação das leis federais.

A respeito da discrepância de julgamentos em casos semelhantes, nos ensinam BARBOSA e CANTORÁRIO³⁷ que:

Tal problemática ganha visibilidade no contexto da litigiosidade de massa, em que apesar de as lides se reproduzirem, as soluções engendradas para cada qual nem sempre são as mesmas. Uma vez tocados os conflitos pela dimensão supraindividual, a unidade na aplicação da lei e a coerência do próprio serviço de prestação de justiça passam a demandar a criação voltados à uniformização da jurisprudência. Dentre eles, o novel incidente.

Apesar de o direito positivado ser o mesmo para todos (igualdade na lei) fatores vários (sociais, religiosos, culturais etc). Influem na atividade interpretativa e daí as divergências de entendimentos tão frequentes, inclusive dentro de um mesmo tribunal. A percepção do correto sentido a ser extraído da lei varia de homem para homem (desigualdade na aplicação da lei) A igualdade na lei é, então, anulada pela desigualdade na sua aplicação.

Percebe-se, portanto, que o fenômeno das demandas repetitivas ocasiona o tratamento desigual entre duas ou mais pessoas perante a aplicação de uma mesma norma em casos semelhantes, o que, segundo MOREIRA³⁸, *“compromete a unidade do direito – que não seria posta em xeque, muito ao contrário, pela evolução homogênea da jurisprudência dos vários tribunais – e não*

³⁷ BARBOSA, Andrea Carla; CANTORÁRIO, Diego Martinez Fervenza. **O novo processo civil brasileiro (direito em expectativa): (reflexões acerca do projeto do novo Código de Processo Civil)**. Coordenador Luiz Fux. Rio de Janeiro: Forense. 2011. p. 450.

³⁸ MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Comentários ao Código de Processo Civil – Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973**. Rio de Janeiro: Forense, 2009. Volume V, p 4.

raro se semeiam, entre os membros da comunidade, o descrédito e o cepticismo quanto à efetividade da garantia jurisdicional”.

Impõe a Constituição Federal no seu art. 5º, *caput*, que “*todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (...)*”³⁹. Conforme MARINONI⁴⁰ tal princípio aplicado ao processo não está restrito apenas a garantir a “igualdade de armas” entre os litigantes, por meio do contraditório e ampla defesa, como comumente tratado pela doutrina. A igualdade também deve estar presente diante das decisões judiciais, visto que⁴¹:

o acesso à justiça e a participação adequada no processo só têm sentido quando correlacionados com a decisão. Afinal este é o objetivo daquele que busca o Poder Judiciário e, apenas por isso, tem necessidade de participar do processo. Em outros termos, a igualdade de acesso a igualdade à técnica processual e a igualdade de tratamento no processo são valores imprescindíveis para a obtenção de uma decisão racional e justa. Vendo-se a decisão como fruto do sistema judicial e não como mera prestação atribuída a um juiz – singularmente considerado -, torna-se inevitável constatar que a racionalidade da decisão está ancorada no sistema e não apenas no discurso do juiz que a proferiu. Assim, por exemplo, não há racionalidade na decisão ordinária que atribui à lei federal interpretação distinta da que lhe foi dada pelo órgão jurisdicional incumbido pela Constituição Federal de uniformizar tal interpretação, zelando pela uniformidade do direito federal. A irracionalidade é ainda mais indisfarçável na decisão que se distancia de decisão anterior, proferida pelo mesmo órgão jurisdicional em caso similar, ou melhor, em caso que exigiu a apreciação de questão jurídica que o órgão prolator da decisão já definira.

Dessa forma, em face da regra do art. 5º da CF, não se mostra correto a ordem jurídica conferir possibilidades iguais de atuação perante o processo - que é instrumento e não fim em si mesmo -, e ao mesmo tempo possibilitar que situações semelhantes sejam julgadas de maneira completamente diferente.

Além da necessária isonomia entre os que se servem do Poder Judiciário, é imprescindível garantir a estes que seus processos sejam resolvidos em tempo razoável, conforme a norma do inciso LXXVIII do art. 5º, de que “*a todos no âmbito*

³⁹ BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

⁴⁰ MARINONI, Luiz Guilherme. **Precedentes Obrigatórios**. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2010. p. 141.

⁴¹ Ibidem. p. 141.

judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”⁴².

Embora não se possa dizer que as demandas repetitivas se delonguem mais do que as outras, não é incorreto afirmar que possuem elas ao menos a capacidade de serem resolvidas de maneira mais rápida. Fere a boa razão que processos praticamente idênticos, que na maioria das vezes divergem apenas no nome das partes e na quantificação do pedido, tenham que percorrer todas as instâncias recursais possíveis para chegarem ao seu fim.

É com a finalidade, portanto, de dar conta dos problemas acima apontados, que foi criado pela comissão elaboradora do Projeto do Novo CPC o incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Instrumento processual que tem como principal objetivo de garantir um julgamento isonômico e célere desta modalidade de litígio que abunda o Poder Judiciário.

Sobre os escopos do IRDR, cumpre transcrever parte da exposição de motivos do novo CPC⁴³:

Criam-se figuras, no Novo CPC, para evitar a dispersão excessiva da jurisprudência. Com isso, haverá condições de se atenuar o assoberbamento de trabalho do Poder Judiciário, sem comprometer a qualidade da prestação jurisdicional.

Dentre esses instrumentos, está a complementação e o reforço da eficiência do regime de julgamento de recursos repetitivos, que agora abrange a possibilidade de suspensão do procedimento das demais ações, tanto no juízo do primeiro grau, quanto dos demais recursos extraordinários ou especiais, que estejam tramitando nos tribunais superiores, aguardando julgamento, desatrelada, ente dos afetados.

Com os mesmos objetivos, criou-se, com inspiração no direito alemão, o já referido incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, que consiste na identificação de processos que contenham a mesma questão de direito, que estejam ainda no primeiro grau de jurisdição, para decisão conjunta.

Descritos os fundamentos que motivaram a criação do IRDR, passamos agora à análise do instituto de direito comparado que lhe deu origem.

⁴² BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

⁴³BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. CÂMARA FEDERAL. **Projeto de Lei do Novo Código de Processo Civil – Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 8.046 de 2010 (PL nº 8.046, de 2010)**. Brasília: Câmara Federal-DF, Presidência, 2010.

2.2 O procedimento Modelo Alemão (Musterverfahren).

Não nasceu o incidente por geração espontânea no pensamento de algum dos brilhantes juristas integrantes da comissão elaboradora, foi ele inspirado, segundo expressamente consta na exposição de motivos do projeto, no procedimento modelo alemão, o chamado Musterverfahren⁴⁴.

O procedimento modelo alemão foi criado em 1º de novembro de 2005, com a finalidade específica de dar conta das demandas repetitivas, relativas à mercados de capitais, que assolavam o justiça alemã⁴⁵.

Segundo ROSA⁴⁶, o estopim que ensejou a criação do Musterverfahren foi o caso:

protagonizado pela empresa Deutsche Telekom AG, que deixou de prestar informações aos investidores e, na Corte do Distrito de Frankfurt, foram ajuizadas mais de 2.200 ações por 14.000 autores, com relação aos atos praticados pela empresa de telecomunicação em questão. A consequência desse volume foi a designação de audiências orais para três anos e meio após a primeira ação ser ajuizada, oportunidade na qual o juiz que presidiu o feito afirmou ser necessária de quinze anos para julgar todos os casos em primeiro grau de jurisdição, se não houvesse por parte do legislador uma atitude para tornar praticável a litigância em massa.

É neste contexto, portanto, que viu o legislador germânico a necessidade de criar uma ferramenta processual capaz de ao mesmo tempo permitir um julgamento célere e isonômico a estas milhares de demandas.

Funciona o procedimento modelo da seguinte maneira. Pode ser requerida a sua instauração por qualquer uma das partes. O objeto pode abranger tanto questões de direito como de fato relativas a matéria de mercado de capitais. O pedido é feito perante o juiz do primeiro grau que, se admitir o procedimento-modelo, deve determinar a publicação do processo originário e do procedimento aceito, em

⁴⁴BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. CÂMARA FEDERAL. **Projeto de Lei do Novo Código de Processo Civil – Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 8.046 de 2010 (PL nº 8.046, de 2010)**. Brasília: Câmara Federal-DF, Presidência, 2010. Exposição de motivos.

⁴⁵ROSA, Renato Xavier da Silveira. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: Artigos 895 a 906 do Projeto de Código de Processo Civil, PLS nº 166/2010**. Monografia (Curso de Pós-Graduação – stricto sensu – em Direito). Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010. p. 15.

⁴⁶Ibidem. p. 15.

registro especial com acesso virtual. Enquanto pendente o julgamento do procedimento-modelo, ficam suspensas todas as ações que versem as mesmas questões de fato e de direito⁴⁷.

Após a publicação, espera-se por 4 meses que mais 9 litigantes juntem-se ao Musterverfahren instaurado. Passada esta fase, o juízo de primeiro grau deve decidir quais serão as questões de fato ou de direito que deverão ser encaminhadas ao juízo de segundo grau - instância competente para o julgamento do procedimento em questão – no qual será escolhido um processo modelo, que será encarregado por conduzir a demanda. Podem, todavia, intervir os demais litigantes na solução da controvérsia complementando os argumentos do “líder”, voluntariamente ou a convite do Presidente da Corte⁴⁸.

Decorridos estes trâmites, é proferida pelo tribunal decisão que vincula todos os processos suspensos pela instauração do Musterverfahren, os quais serão julgados individualmente pelos juízes do primeiro grau que, por sua vez, ficam adstritos às questões de fato e de direito objeto de julgamento pela corte de segundo grau⁴⁹.

No caso de haver discussão a respeito das mesmas questões de em diversos tribunais, deve o procedimento modelo ser encaminhado ao tribunal superior que proferirá decisão vinculante a todos os juízes do país⁵⁰.

De maneira resumida, é esta a forma como funciona o procedimento modelo alemão, que embora não tenha sido inteiramente copiado para o direito brasileiro, possui muitos pontos semelhantes conforme será visto em seguida na análise do procedimento do incidente de coletivização no novo CPC.

⁴⁷ Ibidem. p. 16.

⁴⁸ BARBOSA, Andrea Carla; CANTORÁRIO, Diego Martinez Fervenza. **O novo processo civil brasileiro (direito em expectativa): (reflexões acerca do projeto do novo Código de Processo Civil)**. Coordenador Luiz Fux. Rio de Janeiro: Forense. 2011. p. 450.

⁴⁹ ROSA, Renato Xavier da Silveira. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: Artigos 895 a 906 do Projeto de Código de Processo Civil, PLS nº 166/2010**. (...) 2010. p. 16.

⁵⁰ Ibidem. p. 16.

2.3. O incidente de Resolução de Demandas repetitivas do novo CPC.

Antes de mais nada, cabe lembrar que estar-se-á aqui expondo a versão do Novo CPC de acordo com as emendas realizadas pela Câmara dos Deputados. E que, embora não haja muita sistematicidade entre algumas disposições por conta das emendas, a principiologia do incidente permanece fundamentalmente a mesma do projeto original elaborado pelo Senado.

Está o IRDR previsto nos arts. 930 à 941 do novo CPC⁵¹.

Primeiramente dispõe o novo código, no art. 930, que cabe o incidente *“sempre que identificada controvérsia com potencial de gerar relevante multiplicação de processos fundados em idêntica questão de direito e de fato e de causar grave insegurança jurídica, decorrente do risco de coexistência de decisões conflitantes”*. Em parágrafo do referido artigo, conceitua ainda o Novo CPC que *“somente configura controvérsia capaz de instaurar o incidente de demandas repetitivas a demonstração, por quem faz o pedido de instauração do incidente, da existência de decisões conflitantes sobre a mesma questão de direito”*.

Assim, além de ser imprescindível a demonstração da existência de decisões conflitantes, é necessário que se esteja diante de controvérsia com potencial de gerar relevante multiplicação de processos. Pela qual deve-se entender aquela decorrente das relações de massa. Como exemplo, podemos mencionar as relacionadas aos contratos de adesão de telefonia que atingem milhares de assinantes, bem como as questões referentes aos contratos de seguro. No âmbito do direito público, tem-se as controvérsias atinentes aos tributos, à área previdenciária e dos servidores públicos.

Tais controvérsias devem, conforme o referido artigo, serem relativas à idêntica questão de direito e de fato. Na linguagem do processo civil, questão significa *“controvérsia sobre ponto de direito ou de fato a ser decidida pelo magistrado”*. Ponto, por sua vez, quer dizer *“afirmação feita por uma das partes ou eventuais intervenientes e que pode, ou não gerar controvérsia quando negada ou confrontada a ser resolvida pelo magistrado”* ⁵².

⁵¹ Vide anexo.

⁵² BUENO, Cássio Scarpinella. **Curso sistematizado de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil**. São Paulo: Saraiva. 2008. p. 528.

Sendo assim, para que seja admitido o IRDR devem as controvérsias versar a mesma discussão sobre a interpretação de determinada norma jurídica inseridas também dentro de um mesmo contexto fático.

A título de ilustração podemos tomar como exemplo ações em que se pleiteia a repetição do imposto de renda incidente sobre o auxílio alimentação recebido por uma determinada classe de servidor público. Comprovado pelo demandante a incidência do tributo sobre o auxílio alimentação, cabe ao juiz decidir apenas se é devida ou não a incidência sobre tal verba, de acordo com a interpretação ser concedida às normas aplicáveis neste caso.

Não obstante o *caput* do artigo 930 fale também em idêntica questão fática, entendemos que esta não deve ser objeto do incidente, visto que a sua decisão – conforme restará demonstrado mais a frente - tem natureza de um precedente vinculante, o qual serve, em última análise, para fixar entendimento paradigma a respeito de determinada questão de direito.

Após descrever os requisitos de admissibilidade do IRDR, trata o novo Código dos legitimados à pedir a sua instauração, quais sejam: o juiz, ou o relator, por ofício e após proferirem sentença ou acórdão, bem como as partes e o Ministério Público, por meio de petição.

Descreve o código ainda que no caso em que o Ministério Público não funcionar como requerente, atuará ele como fiscal da lei, podendo, inclusive, assumir a sua titularidade no caso de desistência ou abandono.

Ato contínuo, dispõe o art. 931 que a *“instauração e o julgamento do incidente serão sucedidos da mais ampla e específica divulgação e publicidade, por meio de registro eletrônico no Conselho Nacional de Justiça”*.

Complementando o *caput*, indica o parágrafo único que os tribunais ficam responsáveis pela formação, atualização de banco de dados eletrônico a respeito das questões de direito submetidas ao IRDR, devendo sempre comunicar ao CNJ as atualizações.

Depois de distribuído, conforme diz o art. 932, poderá o relator do incidente solicitar informações ao órgão em que foi o incidente instaurado, o qual

deverá prestá-las em quinze dias. Finalizado este prazo, será solicitada data para admissão do incidente, intimando-se o Ministério Público.

O órgão responsável pelo juízo de admissibilidade e julgamento do IRDR é o plenário ou o órgão colegiado que o regimento interno do tribunal indicar, o qual deverá, em qualquer hipótese, ser formado por desembargadores, em sua maioria, integrantes dos órgãos fracionários responsáveis pelo julgamento do recurso relativo à matéria levantada no incidente. Estes órgãos deverão considerar ao decidir sobre o cabimento o incidente se estão presentes os requisitos impostos pelo art. 930, bem como a “*conveniência de se adotar decisão paradigmática*”.

Com efeito, ainda que presente os requisitos do art. 930, pode o órgão julgador decidir pelo não conhecimento do IRDR caso, por algum motivo, entenda que não é conveniente proferir decisão vinculante a respeito da questão de direito que lhe foi posta.

Se rejeitado o incidente, continuam os processos o seu curso normal. Caso admitido, o presidente do tribunal determinará a suspensão dos processos pendentes, em primeiro e segundo graus de jurisdição, sendo possível a concessão de medidas de urgência no juízo de origem, durante o tempo em que persistir a suspensão.

Depois de admitido o IRDR, o relator ouvirá as partes, os interessados e o Ministério Público que poderão no prazo comum de quinze dias juntar documentos, bem como requer sejam efetuadas diligências necessárias à elucidação da questão de direito.

Digno de nota, neste ponto, é a possibilidade da intervenção de interessados, os quais descreve o código como sendo “*pessoas, órgãos e entidades com interesse na controvérsia*”. Tal medida contribui na legitimação da decisão do incidente, visto que esta vinculará todos os processos que foram suspensos durante o processamento do incidente e os que posteriormente vierem a ser ajuizados, conforme restará demonstrado mais a frente.

Cumpridas todas as diligências requeridas, o relator marcará o dia para o julgamento do incidente, tendo o código determinado “*que o incidente será julgado*

no prazo de 6 meses e terá preferência sobre os demais feitos, ressalvados os que envolvam réu preso e os pedidos de habeas corpus”.

Na sessão de julgamento, primeiramente, fará o relator a exposição do caso. Logo após, será concedida a palavra, sucessivamente, ao autor e ao réu do processo originário, bem como ao Ministério Público, pelo prazo de trinta minutos. Em seguida, os interessados poderão expressar suas razões também pelo prazo de 30 minutos, dividido entre todos.

Com a finalidade de garantir a segurança jurídica, poderão ainda as pessoas listadas no parágrafo primeiro do art. 930 e os terceiros interessados requerer ao tribunal competente *“para conhecer de eventual recurso extraordinário ou especial e a suspensão de todos os processos em curso no território nacional que versem sobre a questão objeto do incidente”*. Os recursos interpostos nesta ocasião, gozam de efeito suspensivo, sendo presumida, ainda, a repercussão geral de questão constitucional eventualmente discutida.

Determina o art. 938 que julgado o incidente, a tese jurídica que resultar da respectiva decisão relativa à questão de direito será aplicada a todos os processos que tramitem no respectivo tribunal e que se enquadram no precedente firmado. O novel diploma determina ainda que na hipótese em que houver recurso para os tribunais superiores a *“a tese jurídica firmada será aplicada a todos os processos que versem questão idêntica questão de direito e que tramitem em todo o território nacional”*.

Após, dispõe parágrafo primeiro do artigo 938, acrescido pela emenda tal, o seguinte⁵³:

Para fiscalizar e implementar os atos de liquidação e cumprimento da sentença coletiva, poderá ser nomeada pessoa qualificada, física ou jurídica, que terá acesso irrestrito ao banco de dados e à documentação necessária ao desempenho da função, dotado dos poderes necessários, especificados pelo órgão judiciário que o nomeou, para tanto.

⁵³ CONGRESSO NACIONAL. SENADO FEDERAL. Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6025, de 2005, ao Projeto de Lei nº 8046, de 2010, ambos do Senado Federal, e outros, que tratam do "Código de Processo Civil" (revogam a Lei nº 5.869, de 1973) (PL602505). Brasília: Câmara Federal – DF, Presidência, 2012.

Entendemos ser tal disposição inconstitucional, visto que permite ela a delegação de atos jurisdicionais à particulares, o que vai contra ao monopólio exclusivo do exercício da jurisdição pelos órgãos do Poder Judiciário, conforme previsto da Constituição Federal. A respeito do assunto, cumpre reproduzirmos a lição de BUENO⁵⁴:

Outra característica da jurisdição que merece destaque é a relativa à sua indelegabilidade. A indelegabilidade deve ser entendida no sentido de que os órgãos que podem exercer a função jurisdicional, atuar jurisdicionalmente, são única e exclusivamente aqueles que a Constituição Federal cria e autoriza. É vedado que haja alguma forma de delegação da função jurisdicional a outros órgãos ou pessoas não autorizados pela Constituição Federal. O reconhecimento de quem é e de quem não é autoridade jurisdicional para fins de desenvolvimento da função jurisdicional é feito exaustivamente por aquele diploma normativo.

Além disso, mostra-se tal disposição completamente em descompasso com a finalidade do incidente. Dá ela a entender que teria a decisão prolatada em sede de incidente a eficácia de coisa julgada *erga omnes* relativa aos processos sobrestados e aos que fossem futuramente ajuizados e que contivessem a mesma questão debatida no incidente.

Conforme já ressaltado, não é este o objetivo do incidente. Cabe a ele apenas firmar entendimento paradigmático a respeito da interpretação de determinada norma jurídica por meio de um precedente vinculante que não se confunde com o instituto da coisa julgada *erga omnes*.

Pertinente neste momento é a seguinte lição de MARINONI⁵⁵ a respeito da diferenciação de ambos institutos:

A coisa julgada, como técnica de proteção da segurança jurídica, tem mais força do que o respeito aos precedentes. O precedente é destinado a garantir a estabilidade da aplicação do direito, enquanto a coisa julgada garante a inalterabilidade da aplicação do direito em determinado caso concreto. Ao contrário do que ocorre em relação à coisa julgada, a estabilidade garantida pelo precedente não é absoluta, na medida em que os precedentes pode ser revogados. O

⁵⁴ BUENO, Cássio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil. São Paulo: Saraiva. 2008. p. 65.

⁵⁵ MARINONI, Luiz Guilherme. **Precedentes Obrigatórios**. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2010. p. 293.

judiciário pode deixar de interpretar a lei em determinado sentido, mas a interpretação da lei, cristalizada em sentença acobertada pela coisa julgada, jamais poderá ser alterada de modo a roubar o benefício outorgado àquele que obteve a tutela jurisdicional do direito.

Fundamental, portanto, que se perceba a diferença entre os institutos mencionados, visto que no caso de se atribuir à decisão do incidente eficácia de coisa julgada, corre-se o risco de engessamento a respeito de determinação de interpretação de norma jurídica, em função do acobertamento pelos efeitos daquela. Fato que não ocorre com o precedente formado pelo incidente, que pode ser revogado conforme estipula o Novo CPC no artigo 847.

Ainda no art. 938, prescreve o parágrafo segundo, com redação dada pela Emenda 752/2011, que *“envolvendo a matéria questão de direito relativa à prestação de serviço concedido, permitido ou autorizado, será comunicada ao órgão ou agência reguladora responsável para fiscalização do efetivo cumprimento da decisão adotada, por parte das empresas sujeitas à regulação”*.

Observa-se aí interessante medida de prevenção ao ajuizamento de demandas repetitivas, relativas práticas abusivas decorrentes da prestação de serviço concedido, permitido ou autorizado. Sobre a referida emenda, cumpre reproduzir parte da sua justificativa⁵⁶:

Isso porque, é sabido, são muitas as situações em que os tribunais superiores reconhecem a abusividade de determinadas cláusulas contratuais ou práticas pelas empresas que exploram serviços concedidos, mas estas seguem inserindo nos seus contratos de adesão essas cláusulas abusivas e praticando abusividades já reconhecidas, sem qualquer tipo de fiscalização pelas agências reguladoras a quem a lei impõe atribui essa tarefa. Nesse sentido é que se está a propor que, decidida, no âmbito do incidente de demandas repetitivas, questão de direito que reconheça abusiva ou ilegal determinada prática da empresa, deva a agência reguladora ser comunicada para fins de fiscalização e regulação da matéria, nos termos do que foi decidido pelo Tribunal.

⁵⁶ CONGRESSO NACIONAL. SENADO FEDERAL. Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6025, de 2005, ao Projeto de Lei nº 8046, de 2010, ambos do Senado Federal, e outros, que tratam do "Código de Processo Civil" (revogam a Lei nº 5.869, de 1973) (PL602505). Brasília: Câmara Federal – DF, Presidência, 2012.

Tal norma não é destinada se não às operadoras de telefonia, as quais estão no rol das pessoas jurídicas que mais dão causa às demandas repetitivas, por conta dos abusos que cometem contra seus clientes.

Por último, determina o art. 941 que “*não observada a tese adotada pela decisão proferida no incidente, caberá reclamação para o tribunal competente*”

2.4. A natureza da decisão do IRDR.

2.4.1. Significado de precedente vinculante.

Conforme ensina MARINONI⁵⁷, não se chega ao significado de precedente por meio somente da sua distinção dos conceitos de decisão ou súmula, “*mas também a partir da consideração dos seus conteúdos e, especialmente, das porções que, em seu interior, identificam o que o tribunal realmente pensa acerca de dada questão jurídica*”.

Segundo o referido autor, só há falar em precedente quando se está diante de uma decisão que tem como atributo a capacidade de se tornar paradigma para o norte dos jurisdicionados e dos magistrados. No mesmo sentido, BARBOSA e CANTOÁRIO⁵⁸ afirmam que “*o precedente judicial se caracteriza por ser uma decisão tomada por órgão jurisdicional frente a um ou mais casos concretos deduzidos em juízo, cujo núcleo essencial tem o potencial de servir como paradigma para o julgamentos posteriores em causas análogas*”.

MARINONI⁵⁹ completa este raciocínio, afirmando que:

o precedente constitui decisão acerca de matéria de direito [...] e não de matéria de fato, enquanto a maioria das decisões diz respeito a questões de fato. Quando são enfrentados pontos de direito, as decisões muitas vezes se limitam a anunciar o que está escrito na lei, não revelando propriamente uma solução judicial acerca da questão de direito, no sentido de solução que ao menos dê uma interpretação da norma legal. De qualquer forma, a decisão que interpreta a lei, mas segue julgado que a consolidou, apenas por isso não constitui precedente. Contudo, para constituir precedente, não basta que a

⁵⁷ MARINONI, Luiz Guilherme. **Precedentes Obrigatórios**. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2010. p. 214.

⁵⁸ BARBOSA, Andrea Carla; CANTOÁRIO, Diego Martinez Fervenza. **O novo processo civil brasileiro** (...) 2011. p. 481.

⁵⁹ MARINONI, Luiz Guilherme. **Precedentes Obrigatórios**. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2010. p. 215.

decisão seja a primeira a interpretar a norma. É preciso que a decisão enfrente todos os principais argumentos relacionados à questão de direito posta na moldura do caso concreto.

Conclui-se, assim, que precedente é toda decisão ou conjunto de decisões que firmam de maneira paradigmática o entendimento de determinado tribunal a respeito de uma específica questão de direito.

Precedente vinculante, por sua vez, é aquele que obrigatoriamente deve ser observado pelos magistrados. Podendo ele gozar tanto de eficácia horizontal, vinculando o próprio órgão formador do precedente; como de eficácia vertical, caso em que será obrigatório para os órgãos judiciais das instâncias inferiores.

2.4.2. A decisão do IRDR como precedente vinculante.

Diz o novo código no art. 938 que *“julgado o incidente, a tese jurídica será aplicada a todos os processos que versem idêntica questão de direito e que tramitem na área do respectivo tribunal”*.

Vê-se que neste ponto não deixa claro o novo CPC se a decisão do incidente vinculará apenas os processos suspensos ou atingirá também aqueles que forem ajuizados posteriormente. Ou seja, a dúvida que paira, é saber se terá ou não a decisão do incidente efeitos prospectivos.

Segundo BARBOSA e CANTOÁRIO⁶⁰, deve prevalecer o entendimento de que a decisão se projeta também para frente, considerando que o novo CPC em diversas disposições fortalece o papel da jurisprudência. Como exemplo, podemos citar o artigo 847,III (verificar o número no projeto novo) que determina que os tribunais devam velar pela uniformização e pela estabilidade da jurisprudência.

Contribui de maneira mais categórica com o referido entendimento, a regra do art. 317 que possibilita ao juiz rejeitar liminarmente a ação se o pedido contrariar tese jurídica já decidida em sede de resolução de demandas repetitivas. Norma que inequivocamente faz concluir pela eficácia prospectiva da decisão do incidente.

⁶⁰ BARBOSA, Andrea Carla; CANTOÁRIO, Diego Martinez Fervenza. **O novo processo civil brasileiro** (...) 2011. p. 480.

Ainda na defesa de tal posicionamento, BARBOSA e CANTORÁRIO⁶¹ elencam que:

Não faria sentido que a decisão do incidente valesse apenas para os processos já instaurados. Do contrário, seria possível se instar o tribunal, todo do o tempo a se manifestar sobre uma questão que já se manifestou. Haveria grande desperdício de tempo e energia por parte dos litigantes e dos órgãos jurisdicionais. A cada vez que uma nova ação contendo aquela discussão fosse ajuizada, um novo incidente poderia ser instaurado.

Assim, prevalecendo o entendimento de que a decisão do incidente projeta-se também para o futuro, é possível classificá-la como verdadeiro precedente vinculante. Isso porque, não valerá ela somente para os casos que eventualmente vierem a ser suspensos pela instauração do IRDR. Mas sim para todos os casos que dali pra frente forem ajuizados e que contiverem a mesma questão de direito debatida no incidente.

2.5 Benefícios da utilização de precedentes vinculantes no tratamento das demandas repetitivas.

Sendo esta a natureza da decisão do IRDR, cumpre agora analisarmos quais as vantagens em se adotar esta modalidade de instrumento processual no tratamento das demandas repetitivas.

2.5.1 Igualdade perante as decisões e coerência do ordenamento.

A decisão do IRDR ao obrigar os magistrados a aplicar a tese jurídica por ela definida, faz com que situações jurídicas semelhantes sejam resolvidas de maneira homogênea, prestigiando, assim, o princípio previsto no art 5º, *caput* da Constituição Federal.

A respeito do ponto em debate cumpre reproduzir a lição de MARINONI e MITIDIERO⁶²:

⁶¹ BARBOSA, Andrea Carla; CANTORÁRIO, Diego Martinez Fervenza. **O novo processo civil brasileiro** (...) 2011. p. 480.

⁶² MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **O Projeto do CPC: Críticas e Propostas**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010. p.16.

A necessidade de um sistema de precedentes vinculativos no direito brasileiro vai robustecida igualmente por outra idéia que também se encontra à base do Estado Constitucional: a igualdade de todos perante o Direito. Não há estado constitucional e não há mesmo Direito no momento em que casos idênticos recebem diferentes decisões do Poder Judiciário. Insulta o bom senso que decisões judiciais possam tratar de forma desigual pessoas que se encontram na mesma situação.

Outrossim, conforme já mencionado, a isonomia perante as decisões judiciais garante uma maior legitimidade ao Poder Judiciário e ao próprio ordenamento jurídico, na medida em que transmite ao jurisdicionado confiança e um sentimento de justiça.

2.5.2 Segurança jurídica.

Sobre a importância da segurança jurídica para o estado de direito, ensina MARINONI⁶³ que:

a segurança jurídica vista como estabilidade e continuidade da ordem jurídica e previsibilidade das consequências jurídicas de determinada conduta, é indispensável para a conformação de um Estado que pretenda ser “Estado de Direito”. [...] O cidadão precisa ter segurança de que o Estado e os terceiros se comportarão de acordo com o direito e de que os órgãos incumbidos de aplicá-lo o farão valer quando desrespeitado. Por outro lado a segurança jurídica também importa para que o cidadão possa definir o seu próprio comportamento e as suas ações. [...] Não obstante, para que a ideia de segurança jurídica não se perca em extrema generalidade, convém discriminar dois elementos imprescindíveis à sua caracterização. Para que o cidadão possa esperar um comportamento ou se postar de determinado modo, é necessário que haja univocidade na qualificação das situações jurídicas. Além disso, há que se garantir-lhe previsibilidade em relação às consequências das suas ações.

Dessa forma, percebe-se que a decisão do incidente, ao tornar pacífico o entendimento dos tribunais a respeito de determinada questão de direito, concretiza o referido princípio, visto que possibilita ao jurisdicionado prever o resultado das suas condutas, e permite também que ele saiba de antemão como poderão terceiros se comportar diante de uma específica situação.

⁶³ MARINONI, Luiz Guilherme. **Precedentes Obrigatórios**. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2010. p. 215.

2.5.3 Favorecimento de acordos e desestímulo à litigância.

Reflexo da previsibilidade gerada pela decisão do incidente, é o desestímulo à litigância e o favorecimento de acordos.

Sabendo o jurisdicionado que a sua pretensão não encontra amparo no poder judiciário, este por óbvio não investirá em um processo que já sabe lhe ser desfavorável. Diferente, contudo, é a situação em que há diversidade de decisões a respeito de um mesmo ponto de direito. Caso em que a parte fica estimulada a tentar a sorte no ajuizamento da sua pretensão, haja vista a possibilidade de sucesso.

De outra banda, a previsibilidade ocasiona também favorecimento de acordos entre as partes. Nas palavras de MARINONI⁶⁴:

É possível pensar que a parte em cujo favor o precedente milita pode ser estimulada a litigar. No entanto, a previsibilidade permite às duas partes a racionalização das vantagens e desvantagens da litigiosidade. Naturalmente, a parte cuja pretensão está de acordo com o precedente tem vantagem sobre a outra, já que em seu desfavor operam apenas a demora e os custos do processo. Não obstante, a parte que sabe que provavelmente terá decisão contrária sentir-se-á propensa a evitar o litígio, oferecendo vantagens que sejam capazes de desestimular o seu oponente de propor a ação.

O favorecimento de acordos além de proporcionar a diminuição de processos no judiciário, ocasiona uma maior pacificação das relações sociais, tendo em vista que a transação entre os litigantes, na maioria das vezes, se apresenta mais eficaz na solução dos conflitos do que a tutela imposta pelo Estado.

2.5.4 Contribuição com a razoável duração do processo

A contribuição do incidente na razoável duração do processo vem principalmente da sua conjugação com outras normas do novo Código de Processo Civil que propiciam um encurtamento da vida dos processos referentes à demandas repetitivas.

Uma delas é a prevista no art. 307, inciso III. Autoriza ela ao juiz julgar *“liminarmente improcedente o pedido que se fundamente em matéria*

⁶⁴ Idibem. p. 182.

exclusivamente de direito, independentemente da citação do réu, se este: [...] III - contrariar entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas [...]”.

A outra está prevista nas alíneas c) dos incisos IV e V, do art. 888, as quais permitem o relator negar provimento ao recurso que contraria o entendimento firmado pelo incidente, bem como conceder provimento ao recurso que ataca decisão que manifestamente contraria o que resolvido pelo IRDR.

Além dessas medidas que diretamente diminuem o tempo as ações relativas à demandas repetitivas, pode-se também afirmar que o incidente contribuirá indiretamente na agilidade dos demais processos que tramitam no Judiciário.

Conforme já mencionado, as demandas repetitivas representam significativo volume de processos na justiça brasileira e, por consequência, são responsáveis por grande parte do montante de trabalho dos magistrados. Fato que colabora com a morosidade do Poder Judiciário.

Assim, diante dos benefícios até aqui elencados - os quais tendem a inibir a proliferação das demandas repetitivas - pode-se fazer então um prognóstico de que este volume de trabalho diminuirá, acarretando um maior saldo de tempo para o tratamento as demais espécies de processos que tramitam no Poder Judiciário.

2.6 Riscos na utilização de precedentes vinculantes.

Por último neste capítulo, cumpre apontarmos alguns riscos relativos à utilização de precedentes vinculantes, especificamente no contexto do novo CPC e do incidente.

Ponto que merece atenção é a questão da evolução dos precedentes firmados por ocasião do incidente. Por certo que em algum momento os entendimentos assentados não mais estarão em consonância com realidade social e também com a própria doutrina jurídica, sendo nestes casos imprescindível à sua modificação ou se não a sua revogação.

Necessária também será a alteração ou complementação dos precedentes nos casos em que houver alguma falha na sua formação, por conta da

falta de análise de alguns pontos de direito necessários à completa elucidação do caso.

Não é outro o motivo de ter estipulado o novo diploma, no parágrafo segundo do artigo 847 que “*os regimentos internos preverão formas de revisão da jurisprudência em procedimento autônomo, franqueando-se inclusive a realização de audiências públicas e participação de pessoas, órgãos ou entidades que possam contribuir para a elucidação da matéria.*”

Assim, é fundamental que deem os Tribunais atenção redobrada à elaboração dos procedimentos de revisão de jurisprudência, possibilitando as necessárias reformas e revogações de julgados formados pelo incidente, sob pena de ficarem os jurisdicionados à mercê de precedentes arcaicos ou mal formados que não cumprem a missão que lhes foi outorgada.

Outro fato que se deve atentar é a falta de cultura do precedente no direito brasileiro. Por ser novidade a utilização de precedentes vinculantes no país, pouco se ensina nas universidades e menos ainda se utiliza no dia dia forense técnicas da sua teoria desenvolvida principalmente nos países da *common law*, indispensáveis à sua correta aplicação.

É fundamental que saibam os operadores do direito quais as partes que vinculam e as que não obrigam o juízo que está se servindo de determinado precedente. O que constitui a razão de decidir de determinado julgado e o que não faz parte dela. Além de outras nuances imprescindíveis para que se possa adequar perfeitamente o precedente ao caso concreto em análise pelo magistrado.

Sem a técnica correta corre-se o risco de se enfiar numa vala comum diversos casos que não deveriam ser atingidos por determinado precedente, ocasionando, assim, grave injustiça e insegurança jurídica.

Dessa forma, é primordial o papel da doutrina na realização de mais estudos a respeito do tema para que se possam aclarar os pontos basilares da teoria dos precedentes, a fim de que estes não sejam utilizados à revelia e aplicados a todo e qualquer caso que em que apenas aparente serem cabíveis.

Dito isto, cumpre agora analisarmos em que medida se aplica o incidente nos juizados especiais e quais as consequências da sua utilização neste microssistema.

3 APLICABILIDADE DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS NOS JUIZADOS ESPECIAIS.

3.1 A aplicação subsidiária do CPC nos Juizados Especiais.

Conforme já dito, foram os Juizados Especiais concebidos para ser um microssistema processual a parte do Código de Processo Civil, com princípios e finalidades próprias.

Assim, antes de mais nada, é imprescindível verificar o cabimento da aplicação subsidiária do CPC nos juizados, e de que forma os institutos daquele podem incidir neste microssistema.

3.1.1. A posição do STF.

Sobre a questão, teve o STF a oportunidade de manifestar-se no julgamento do RE 576847, de relatoria do Ministro Eros Grau. A controvérsia posta à corte suprema neste caso, dizia respeito a possibilidade da interposição de mandado de segurança contra decisão liminar que concedeu tutela antecipada no sistema dos juizados.

Por maioria de votos, entendeu o STF⁶⁵ que:

EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PROCESSO CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MANDADO DE SEGURANÇA. CABIMENTO. DECISÃO LIMINAR NOS JUIZADOS ESPECIAIS. LEI N. 9.099/95. ART. 5º, LV DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA AMPLA DEFESA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO. 1. Não cabe mandado de segurança das decisões interlocutórias exaradas em processos submetidos ao rito da Lei n. 9.099/95. 2. A Lei n. 9.099/95 está voltada à promoção de celeridade no processamento e julgamento de causas cíveis de complexidade menor. Daí ter consagrado a regra da irrecorribilidade das decisões interlocutórias, inarredável. 3. Não cabe, nos casos por ela abrangidos, aplicação subsidiária do Código de Processo Civil, sob a forma do agravo de instrumento, ou o uso do instituto do mandado de segurança. 4. Não há afronta ao princípio constitucional da ampla defesa (art. 5º, LV da CB), vez que decisões interlocutórias podem ser impugnadas quando da interposição de recurso inominado. Recurso extraordinário a que se nega provimento.

⁶⁵ Supremo Tribunal Federal. RE n. 576847, rel. Min. EROS GRAU, Tribunal Pleno, julgado em 20/05/2009, DJ. 07-08-2009. Disponível em <www.stf.jus.br>. Acesso em: 15 de maio de 2012.

Para bem compreender as razões do julgado cumpre ainda trazer a baila parte do voto do Ministro Relator Eros Grau⁶⁶:

A Lei 9.099/95 está voltada à promoção de celeridade no processamento e julgamento de causas cíveis de complexibilidade menor.

Dá ter consagrado a regra da irrecorribilidade das decisões interlocutórias, inarredável.

Não cabe, nos casos por ela abrangidos, aplicação subsidiária do Código de Processo Civil, sob a forma de agravo de instrumento, ou do uso do instituto do mandado de segurança, qual pretende a recorrente.

Os prazos para agravar --- de dez dias [art. 522 do CPC] --- e para impetrar mandado de segurança --- de cento e vinte dias [art. 18 da Lei n. 1.533/51] --- não se coadunam com os fins aos quais se volta Lei n. 9.099/95.

Ademais, a opção pelo rito sumaríssimo é faculdade das partes, com as vantagens e limitações que a sua escolha acarreta.

Mais, a admissão o mandado de segurança na hipótese dos autos importaria a ampliação da competência dos juizados especiais, que cabe exclusivamente ao Poder Legislativo.

De resto, não há, na hipótese, afronta ao princípio constitucional da ampla defesa, vez que decisões interlocutórias podem ser impugnadas quando da interposição de recurso nominado.

Percebe-se que, não obstante o objeto do recurso não tenha sido propriamente a possibilidade de aplicação subsidiária do CPC, manifestou-se a corte a respeito do tema, ao afirmar a inviabilidade da utilização do agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas nos juizados, sob o fundamento de que este recurso não se coaduna com a principiologia desse microssistema.

Assim, até que venha novamente o STF emitir pronunciamento sobre a questão de forma mais categórica, o que se pode concluir do seu entendimento é de que é inviável a aplicação nos juizados de qualquer instituto alheio ao seu sistema que não se conforme com os seus princípios informadores.

É importante deixar claro, que não houve pronunciamento no sentido de uma vedação geral de qualquer instituto processual proveniente do CPC. Mas sim de que não é possível desvirtuar os princípios dos juizados por meio da aplicação de instrumentos processuais advindos de outros sistemas.

⁶⁶ Supremo Tribunal Federal. RE n. 576847, rel. Min. EROS GRAU, Tribunal Pleno, julgado em 20/05/2009, DJ. 07-08-2009. Disponível em <www.stf.jus.br>. Acesso em: 15 de maio de 2012.

3.1.2. A posição da doutrina e dos demais tribunais.

A doutrina, por sua vez, não vai contra o entendimento do STF a respeito do assunto. Entretanto, traz ela entendimento mais aprofundado, formulando inclusive uma regra geral para aplicação subsidiária.

Segundo o entendimento de FIGUEIRA⁶⁷, é devida aplicação subsidiária do CPC nos juizados, pois:

como ocorria com a Lei 7.244/1984, o legislador deixou de fazer também na Lei 9.099/95 qualquer referência à aplicação subsidiária do Código de Processo Civil para os casos em que es verificasse alguma omissão no microssistema. Todavia, essa constatação preliminar não serve pra excluirmos de início a aplicação subsidiária do macrossistema processual civil, sobretudo aquelas regras estatuídas nos Livros I e III do Código; o primeiro por fixar as linhas mestras "do processo de conhecimento", funcionando como espinha dorsal sustentadora dos demais, como se fosse a "Parte Geral", e o terceiro, "do processo cautelar" que trata das providências assecurativas aplicáveis ao processo civil de maneira difusa.

Desse posicionamento não divergem os enunciados do FONAJE⁶⁸, que em diversas passagens versam a aplicação nos juizados de institutos previstos no Código de Processo Civil:

ENUNCIADO 26 - São cabíveis a tutela acautelatória e a antecipatória nos Juizados Especiais Cíveis. (nova redação no Fonaje Florianópolis/SC);

[...]

ENUNCIADO 31 - É admissível pedido contraposto no caso de ser a parte ré pessoa jurídica.

[...]

ENUNCIADO 73 - As causas de competência dos Juizados Especiais em que forem comuns o objeto ou a causa de pedir poderão ser reunidas para efeito de instrução, se necessária, e julgamento.

[...]

ENUNCIADO 136 – O reconhecimento da litigância de má-fé poderá implicar em condenação ao pagamento de custas, honorários de advogado, multa e indenização nos termos dos artigos 55, caput, da lei 9.099/95 e 18 do Código de Processo Civil". (Aprovado no XXVII FONAJE – Palmas/TO – 26 a 28 de maio de 2010)

⁶⁷ FIGUEIRA Junior, Joel Dias / TOURINHO Neto, Fernando da Costa. Juizados Especiais cíveis e criminais: comentários à Lei 9.099/95. (...). p 71.

⁶⁸ ENUNCIADOS ATUALIZADOS ATÉ O XXX FORÚM NACIONAL DE JUIZADOS ESPECIAIS 16 a 18 de novembro de 2011 – São Paulo/SP. Disponível em: <http://www.fonaje.org.br/2012/?secao=exibe_secao&id_secao=6> Acesso em: 01/06/2012.

Todavia, consoante a lição de FIGUEIRA⁶⁹, somente é viável a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil “*na hipótese de omissão legislativa do microssistema e desde que se encontrem em perfeita consonância com os princípios orientadores dos Juizados Especiais*”.

Com efeito, além de não poder ser transgredida a base principiológica dos juizados, não se pode também ir contra a vontade do legislador e substituir um instituto procedimental já prestigiado pelas leis regentes desse sistema por outro contido em lei alheia a este universo. Trocando em miúdos, somente é possível a aplicação subsidiária no caso de omissão da lei dos juizados a respeito do instituto que se queira aplicar, devendo este estar ainda em plena consonância com os princípios informadores dos juizados.

O que se deve ter em mente a respeito do juizado, é que atua ele sob uma base principiológica própria que o caracteriza como sistema processual único. Esta conjugação única de princípios é o seu núcleo duro. É a sua alma. Norteia ela todo o seu funcionamento e a sua razão de ser. E, em função disso, não pode ser violada.

Isso não significa, contudo, que não possa essa base principiológica funcionar por meio de instrumentos procedimentais que não estejam contidos nas leis específicas que regem os juizados, a fim inclusive de realizar os objetivos desse sistema de forma mais incisiva.

Não é por outro motivo que os Tribunais e Turmas Recursais do país têm prestigiado este entendimento e aplicado do CPC subsidiariamente nos juizados, com a finalidade de torná-los mais céleres e efetivos.

Como exemplo, podemos tomar a decisão da Segunda Turma de Recursos⁷⁰ do Tribunal de Justiça de Santa Catarina que entendeu pela aplicação do art. 285-A do CPC no âmbito dos juizados especiais, conforme verifica-se pela seguinte ementa:

⁶⁹ FIGUEIRA Junior, Joel Dias / TOURINHO Neto, Fernando da Costa. Juizados Especiais cíveis e criminais: comentários à Lei 9.099/95. (...)p 71

⁷⁰ Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Recurso Inominado n. 2010.200297-3, de Presidente Getúlio, rel. Juiz Roberto Ramos Alvim, 2º Turma de Recursos, julgamento em 16 de maio de 2011, DE. 16/05/2011. Disponível em <www.tjsc.jus.br>. Acesso em: 15 de maio de 2012. 2010.200297-3

APELAÇÃO CÍVEL - DECLARATÓRIA NULIDADE C/C REPETIÇÃO DO INDÉBITO - TELEFONIA FIXA - ASSINATURA BÁSICA MENSAL - LEI DE CONCESSÕES DO SERVIÇO PÚBLICO - NATUREZA DO PREÇO - COMPOSIÇÃO - REGULAMENTOS ADMINISTRATIVOS - VALIDADE - RECURSO DESPROVIDO. 1. "A menor complexidade da causa para fixação da competência é aferida pelo objeto da prova e não em face do direito material" (Enunciado n.º 54 do FONAJE). 2. Admissível a cobrança de assinatura básica mensal pela concessionária do serviço de telefonia fixa, independentemente dos pulsos efetivamente usados pelo consumidor. A cobrança dessa parcela em favor da concessionária encontra previsão na Lei n.º 9.472/97 - LGT e em regulamentos administrativos, que disciplinam a concessão do respectivo serviço. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA - INOCORRÊNCIA - APLICAÇÃO DO ART. **285-A** DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI N.º 11.277/06. A Lei n.º 11.277/06, ao introduzir o art **285-A** no Código de Processo Civil, tornou possível a declaração antecipada da improcedência do pedido exordial, quando houver jurisprudência do Juízo acerca da matéria discutida, antes mesmo da formação do contraditório com a citação do réu.

Ainda neste sentido, podemos apontar também outra decisão Sétima da Turma de Recursos⁷¹ também do Tribunal Barriga-Verde que evidencia a utilização da antecipação de tutela nos juizados especiais:

RECURSO INOMINADO - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C DANOS MORAIS - CONTRATO DE ADESÃO FIRMADO ENTRE AS PARTES - CARTÃO DE CRÉDITO - PAGAMENTO MÍNIMO EFETUADO - INSCRIÇÃO INDEVIDA - EXISTÊNCIA DE INSCRIÇÃO ANTERIOR LEGÍTIMA - SÚMULA 385 DO STJ - SENTENÇA QUE CONFIRMOU A LIMINAR PARA A RETIRADA DO NOME DO AUTOR DOS ÓRGÃOS RESTRITIVOS DE CRÉDITO E NEGOU O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - RETIRADA DA INSCRIÇÃO ANTERIOR E PERMANÊNCIA DA INSCRIÇÃO INDEVIDA - ANTECIPAÇÃO DE TUTELA CONCEDIDA EM PERÍODO ÍNFINO APÓS O AJUIZAMENTO DA AÇÃO - PERMANÊNCIA POR PERÍODO PROLONGADO DECORRENTE DE ERRO DO RECORRENTE, QUE INFORMOU ERRONEAMENTE O SEU NÚMERO DE CPF - DANO MORAL NÃO CONFIGURADO - SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

"Art. 46 - O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão."

⁷¹ Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Recurso Inominado n. 2011.700800-7, de Itajaí, rel. Des. Osvaldo João Ranzi, 7º Turma de Recursos (Itajaí), julgamento em 17 de outubro de 2011, DE. 17/10/2011. Disponível em <www.tjsc.jus.br>. Acesso em: 15 de maio de 2012.

Definida a possibilidade e a regra de aplicação subsidiária do CPC nos Juizados Especiais, cabe agora verificarmos em que medida o IRDR adequa-se a este microssistema.

3.2 Adequação do incidente de resolução de demandas repetitivas ao microssistema dos Juizados Especiais.

3.2.1. No tocante aos princípios.

Por ter o incidente a finalidade de gerar decisão com natureza de um precedente vinculante, cumpre analisarmos a sua adequação aos princípios juizados sob dois enfoques: o do incidente como procedimento em si mesmo; e, o da sua decisão que fixa entendimento paradigma e obrigatório a respeito de determinada questão de direito.

Conforme preceitua o artigo 2º da Lei 9.099/95, “*O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação, ou a transação*”.

Sob o aspecto da decisão do incidente, há perfeita consonância com princípios dos Juizados Especiais.

Com a incidência do precedente formado pelo incidente, o princípio da oralidade continua cumprindo a sua função, visto que não há prejuízo de qualquer fase procedimental dos juizados em que seja importante a manifestação oral tanto das partes como dos advogados e juizes. Permanecerá o autor tendo oportunidade de realizar o pedido de forma oral, e nos casos em que seja necessária a realização de audiência não ficará preterido ao réu a apresentação de defesa nesse mesmo modo, bem como não ficará vedada ao Juiz a possibilidade prolatar a sentença oralmente.

Por sua vez, os princípios da simplicidade e informalidade também não sofrem nenhuma infringência por conta da aplicação da decisão incidente. Pelo contrário, possibilita ela a realização desses princípios de maneira mais incisiva, haja vista que com a sua incidência conjunta com as normas dos artigos 307 e 808, o processo se encerra de maneira mais rápida, tornando-o, por consequência, menos burocrático.

Também essa conjugação, da decisão vinculante com os mencionados artigos, prestigia diretamente os princípios da celeridade e economia processual, em decorrência do encurtamento da vida dos processos.

Pode-se afirmar ainda que há a contemplação da celeridade e economia processual em função de que os precedentes vinculantes formados pelo incidente têm a tendência de desestimular a litigância e, por consequência, enxugar o grande volume de processos repetitivos, resultando na solução dos demais casos em tempo menor.

Por último, há adequação ao princípio da autocomposição, tendo em vista que o precedente formado pelo incidente colabora com a formação de acordos, pelos motivos já mencionados anteriormente no capítulo II.

De outra banda, não é possível dizer que existe um ajuste tão perfeito do seu procedimento aos princípios dos juizados.

Não é o incidente um instrumento processual de técnica simples e informal, conforme demonstrado no item II do capítulo II. Não há também como nele atuar sem a presença de um advogado.

Dessa forma, na hipótese do incidente ser instaurado a partir dos juizados especiais, pode o processo se tornar para o autor da “ação líder” (aquela escolhida para conduzir o incidente no tribunal) pouco vantajoso diante dos custos e dificuldades que são inerentes ao procedimento em questão.

Entretanto, este revés não constitui obstáculo para a sua aplicação neste microssistema. É que caso o requerente escolhido para atuar como condutor do procedimento, não puder ou não quiser arcar com este ônus, pode ele renunciá-lo, passando a sua titularidade ao Ministério Público, conforme a regra do art. 930, parágrafo terceiro.

No tocante aos eventuais processos que vierem a serem suspensos por conta da instauração do incidente, não há nenhum grave prejuízo à principiologia dos juizados. As partes dessas demandas, caso não tenham a intenção ou condições de participar na formação da decisão vinculante, poderão somente

esperar pelo seu julgamento, o qual será proferido em no máximo em seis meses (art. 939), prazo razoável para a solução da demanda.

No mais, embora se reconheça que em uma primeira análise a formalidade e a tecnicidade processual do incidente não combinam com o arcabouço principiológico dos Juizados, é possível dizer que na hipótese em estudo os fins justificam os meios, em vista do bem maior que traz a incidência do precedente formado pelo incidente.

Em outras palavras, perde-se num momento em simplicidade e informalidade, para se ganhar no futuro todos os benefícios trazidos pela aplicação do precedente formado, os quais contribuem para a realização mais incisiva dos princípios norteadores dos Juizados.

Com efeito, levando em consideração essa relação de custo benefício, conclui-se que há adequação tanto da decisão do incidente como do seu procedimento aos princípios dos Juizados Especiais.

3.2.2. No que tange às regras especiais do Juizados.

No que diz respeito ao requisito da omissão legislativa, observa-se que não há nenhuma norma vigente nas Leis que regem os Juizados Especiais versando sobre instituto processual semelhante ao incidente.

Entretanto, há que se atentar que não basta não haver instituto semelhante, deve ser também analisado eventual prejuízo das outras normas do microsistema por conta da aplicação subsidiária do CPC.

A principal regra dos Juizados é a concentração máxima dos atos processuais em uma audiência una e indivisível, conforme se infere da interpretação dos artigos 27, 28 e 29 da Lei 9.099/95 . A respeito do assunto, cumpre reproduzir a lição de FIGUEIRA⁷²:

O princípio da oralidade requer concentração nos atos processuais e celeridade na prestação da tutela jurisdicional [...], razão pela qual a designação primeira é de audiência una e indivisível de conciliação, instrução e julgamento.

⁷² FIGUEIRA Junior, Joel Dias / TOURINHO Neto, Fernando da Costa. Juizados Especiais cíveis e criminais: comentários à Lei 9.099/95. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora dos Tribunais, 2007. p 44.

Restando infrutífera a tentativa de autocomposição e não desejando os litigantes instituírem o juízo arbitral, passa-se imediatamente, isto é, na sequência do mesmo ato processual, para a fase segunda, que é o oferecimento de resposta (verbal ou escrita) e a instrução oral, onde se realizará a ouvida das partes, das testemunhas, de experts etc.

[...]

De qualquer maneira, a fase instrutória é quase sempre indispensável, seja quando o julgamento for realizado pelo Estado-Juiz ou juiz leigo instituído, ressalvadas as hipóteses de decisão conforme o estado do processo ou dispensa de produção oral pelo árbitro. Não obstante, em homenagem ao princípio da oralidade, recomenda-se que seja designada audiência, a fim de que mais uma vez se tente a conciliação, e seja logo após oferecida oralmente a sentença ou laudo.

[...]

Todavia, declarada encerrada a instrução, o juiz proferirá em seguida, isto é, no mesmo ato, oralmente, a sentença.

[...]

Não se diga, em favor da tese contrária, que seria melhor o juiz remeter em conclusão o processo para sentenciar em gabinete com mais tranquilidade. Com dissemos, em primeiro lugar, seja qual for o argumento, no procedimento sumaríssimo, o juiz deve decidir em audiência, atendendo ao princípio da oralidade; segundo, a própria lei não prevê essa hipótese.

No caso do incidente, se instaurado a partir dos juizados, poder-se-ia indagar violação à regra em questão, visto que ocasiona ele a realização de diversos atos fora da audiência.

Contudo, verifica-se que há nos juizados diversos atos processuais que não são efetuados dentro da audiência una e indivisível. Como exemplo podemos citar toda a fase recursal do microssistema, que admite inclusive a interposição do incidente de uniformização de jurisprudência nos Juizados Especiais Federais e da Fazenda Pública, bem como a interposição de recurso extraordinário em todas as modalidades de juizados.

A instauração do incidente ao proporcionar a fixação de determinada tese pelo Tribunal ou, se for o caso, pelo STF ou STJ, inibe toda a fase recursal dos juizados na grande maioria das vezes, tendo em vista que pouco se discute a respeito de questão de fato nas demandas repetitivas.

O incidente, portanto, não representa acréscimo significativo de atos processuais a serem realizados fora da audiência una e indivisível, apenas

transplanta, no caso das demandas repetitivas, a fase recursal para o início do processo.

Assim, como não existe instrumento processual semelhante nas leis que regem os juizados e como não há nenhum prejuízo às demais normas dos juizados, conclui-se pela adequação do incidente às regras especiais que regem este microssistema.

3.2.3. No âmbito da experiência operativa e empírica.

Por tudo o que já foi dito, o que se espera na prática com a aplicação do incidente nos juizados é que venha ele proporcionar a diminuição no ajuizamento de demandas repetitivas, a rápida tramitação destas, bem como a garantia de uniformidade de decisões para este tipo de litígio.

Não obstante os benefícios aguardados, é importante chamar atenção para algumas outras possíveis consequências da sua utilização neste microssistema.

Conforme mencionado, o incidente se instaurado a partir dos juizados é um procedimento que encarece o processo para a parte autora que tem o encargo de conduzi-lo nos tribunais e, em função disso, pode torná-lo pouco proveitoso, visto que a competência desse microssistema é para ações de baixo valor pecuniário.

Tal fator propicia, se não a desistência na condução do incidente, a pouca aplicação de recursos e empenho pelo demandante na defesa da sua tese, caso atue por meio de advogado particular.

Por outro lado, no polo passivo deste tipo de demanda, ter-se-á quase sempre um litigante habitual (grandes empresas e fazenda pública), que ao contrário do autor de eventual demanda repetitiva, tem muito a perder se não conseguir fazer valer a sua tese perante a corte que decide o incidente. Ou seja, atuará com muito mais afinco e aplicará muito mais recursos nas causas em que estiver envolvido.

É certo que se o incidente for abandonado pela parte, assumirá a sua titularidade o Ministério Público, o qual também poderá liderá-lo desde a sua instauração nos casos de legitimação extraordinária. Também pode a Defensoria Pública conduzi-lo na hipotes em que patrocina a causa de algum hipossuficiente.

Contudo, o que se nota atualmente, é uma atuação ainda incipiente desses órgãos na defesa dos direitos inseridos nas demandas repetitivas. Raras são, por exemplo, as ações civis públicas ajuizadas para tutelar estas espécie de direito.

O fato que se deve atentar, portanto, é a possibilidade de baixa representatividade e atuação das coletividades que podem ser atingidas pela decisão do incidente.

Se fracar a atuação dos órgãos mencionados e da própria sociedade na formação dos precedentes, corre-se o risco dos incidentes instaurados a partir dos juizados tornarem-se campo fértil para a proliferação de decisões desfavoráveis à afirmação dos direitos concernentes às relações de massa.

Não se ignora que no instituto em questão apenas irá se debater questões de direito e que o magistrado o conhece. Embora a participação das partes não seja tão relevante como nos casos em que se discute também questões fáticas, não é menos verdade que o contraditório a respeito da interpretação de determinada norma jurídica também é importante na formação da convicção do julgador.

Pelos motivos apontados, a colaboração efetiva de todos os interessados na formação do precedente – sociedade civil, órgãos de proteção ao consumidor, Ministério Público, Defensoria Pública, etc - é medida que se impõe, a fim de que não venha o incidente tornar-se um instrumento legitimador dos abusos cometidos pelos litigantes habituais.

3.3 Questões procedimentais destacadas.

Vencida a problemática da adequação do incidente aos juizados especiais, cumpre agora analisarmos em separado algumas questões procedimentais relevantes.

3.3.1. Competência.

Dúvida que se apresenta de plano quando se fala do presente objeto de estudo, é saber qual o órgão competente para o julgamento do incidente instaurado a partir dos juizados especiais. Se são as Turmas de Recursos ou os Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais?

Entendemos que deverá ser julgado nestes últimos.

Em primeiro lugar, cabe lembrar o que o instituto processual ora analisado não é recurso, visto que não visa reformar, anular ou integrar qualquer decisão. É um incidente que tem como missão uniformizar o entendimento a respeito da interpretação de determinada norma jurídica. Assim, não há impedimento constitucional para que seja julgado por órgão diferente das Turmas de Recursos.

De outra banda, o Novo Código é expresso em afirmar que o julgamento deverá ser feito pelo plenário do respectivo Tribunal, ou pelo órgão colegiado que este indicar, o qual deverá ser composto, em sua maioria, por desembargadores integrantes dos órgãos fracionários competentes.

Tendo o instituto em questão o objetivo de pacificar a jurisprudência a respeito de determinada questão de direito, não faria sentido ser ele julgado pelas Turmas, menor órgão fracionário dos Tribunais.

Tudo indica que no caso do julgamento não ser realizado pelo plenário do respectivo Tribunal, será delegada à competência para o julgamento dos incidente às Câmaras especializadas, ou até ao órgão especial. Instituições que não encontram semelhantes nos Juizados Especiais.

Além disso, pela importância do precedente formado pelo incidente, por certo que o seu julgamento não poderia ficar relegado apenas ao crivo de três magistrados. Uma maioria qualificada de magistrados que compõem os Tribunal de Justiça é necessária, a fim de que se firme com mais segurança o posicionamento a respeito de determinada questão de direito.

Outrossim, por uma questão de isonomia faz-se necessário o seu julgamento pelos Tribunais de Justiça ou Tribunais Regionais Federais. É que pode acontecer de ser discutida a mesma questão de direito em um incidente instaurado nos juizados e noutro instaurado a partir dos procedimentos comuns. Nesta hipótese, se admitido o julgamento do incidente por uma das Turmas Recursais, corre-se o risco de haver duas decisões distintas sobre o mesmo ponto de direito. Uma do Tribunal e uma das Turmas.

Conclui-se, portanto, que deve o incidente instaurado a partir dos juizados ser resolvido pelos Tribunais de Justiça ou pelos Tribunais Regionais Federais.

3.3.2. Abrangência da vinculação do incidente instaurando em procedimentos comuns: atingimento dos Juizados Especiais.

Sendo competência dos Tribunais o julgamento dos incidentes instaurados a partir dos Juizados, inexistente motivo para não incidir neste microssistema os precedentes formados a partir dos procedimentos comuns, se a questão de direito discutida nos dois sistemas é a mesma.

Apesar do CPC e os Juizados Especiais serem sistemas processuais diversos, coexistem eles dentro do mesmo ordenamento jurídico. O direito material que se expressa por meio de ambos é o mesmo. Assim, não é lógico permitir a existência de precedentes exclusivos para cada um desses universos. Fosse pensar diferente, estar-se-ia abrindo margem para que situações iguais fossem julgadas de maneiras diferentes.

Por outro lado, é inclusive mais vantajoso que nasça o precedente a partir do procedimento comum, tendo em conta que o incidente aumenta o custo do processo para a parte que deve conduzi-lo.

Portanto, não é só viável como recomendável, que se utilizem os precedentes formados a partir dos procedimentos comuns nos Juizados Especiais.

3.3.3. Compatibilização com as regras vigentes de uniformização de jurisprudência.

Conforme visto, preveem as Leis dos Juizados Especiais Federais e dos Juizados Especiais da Fazenda Pública a possibilidade de interposição do recurso chamado *pedido de uniformização da lei federal*, ou apenas da *lei*, para o caso daquela última modalidade de juizado.

Tal recurso é cabível sempre que houver divergência entre duas Turmas Recursais a respeito de uma mesma questão de direito, ou entre Turma Recursal e o STJ.

Embora compartilhe com o incidente o objetivo de uniformizar a jurisprudência no âmbito dos juizados especiais, com ele não se confunde. Ao contrário daquele, o pedido de uniformização é recurso e sua hipótese de cabimento é menos qualificada. Para ser conhecido basta que fique demonstrada divergência a respeito de uma questão de direito, não sendo necessário o requisito de eventual *“potencial de gerar relevante multiplicação de processos fundados em idêntica questão de direito”*. Além disso, a sua decisão não tem natureza de precedente vinculante.

Assim, não se pode afirmar que com a aplicação do incidente nos juizados, perderá o pedido de uniformização da lei a sua função. Sem dúvida que sua utilização ficará mais restrita, em função da uniformização jurisprudencial gerada pelo incidente no âmbito das demandas repetitivas.

Contudo, restará ainda para o referido recurso a missão de pacificar a jurisprudência em todas as outras demandas que não abrangidas pela competência do incidente. Aquelas, por exemplo, que evidenciam questões mais particulares e que não tem a capacidade de ocasionar relevante multiplicação de processos, mas que nem por isso podem deixar de gerar dissídio entre as Turmas de Recursos.

Exercem ambos institutos, portanto, funções complementares que convergem no fim último de uniformizar os julgados na seara dos Juizados Especiais Federais e da Fazenda Pública. O incidente no campo das demandas repetitivas e o pedido de uniformização da lei no âmbito dos casos mais particularizados.

3.3.4. A concessão de medidas de urgência no eventual incidente de resolução de demandas repetitivas em sede de Juizados Especiais.

Determina o anteprojeto no parágrafo único do art. 934 que, enquanto suspensos os processos por conta da amissão do incidente, *“poderão ser concedidas medidas de urgência no juízo de origem”*.

De outra banda, não prevê a Lei 9.099/95 a possibilidade da concessão de medida de urgência no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis. Por sua vez, a Lei 10.259, no art. 4º versa que o *“juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir medidas cautelares no curso do processo, para evitar dano de difícil*

reparação”. Já a Lei 12.153 dispõe no seu artigo 3º que o “ juiz poderá, de ofício ou a requerimento da parte, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil reparação”

Não obstante a omissão da Lei dos Juizados Especiais Cíveis quanto às medidas de urgência e a Lei dos Juizados Especiais Federais quanto às medidas antecipatórias, é pacífico o entendimento da doutrina e jurisprudência sobre a possibilidade da sua concessão naquelas modalidades de juizado (notas de rodapé).

A respeito do tema cumpre reproduzir a lição de Câmara⁷³:

Em razão da celeridade que deve (ou, pelo menos, deveria) existir nos processos que tramitam perante os Juizados Especiais Cíveis estaduais, houve quem dissesse, logo que a Lei nº 9.099/1995 foi aprovada, que não haveria que se falar em tutela de urgência nesses Juizados. Assim, porém, não é. Ainda que o processo nos Juizados Especiais Cíveis fosse extremamente rápido, algum tempo ele teria de demorar. É necessário algum tempo para que o demandado seja citado; tempo para elaboração da sua resposta; tempo para a instrução probatória; tempo para a interposição do recurso e para o seu julgamento etc. O tempo do processo, pois, é inevitável (ainda que a demora não seja – como em alguns casos chega a ser – patológica). E esse tempo do processo torna necessária, em algumas hipóteses, a concessão urgente de tutela jurisdicional.

Não é por outro motivo que no último diploma legislativo que versa a respeito desse microssistema, se incluiu expressamente a possibilidade da concessão de ambas medidas de urgência existentes no nosso sistema processual.

No caso de suspensão de processos dos juizados por conta da instauração do incidente, também é viável a concessão das medidas de urgência. Não cria o instituto em questão situação no processo que inviabilize ou que torne desnecessária a outorga de antecipação de tutela por conta do perigo de dano iminente, ou o deferimento de cautelar.

Pelo contrário, tendo o incidente o prazo máximo de seis meses para ser julgado, e supondo que seja utilizado todo esse decurso de tempo pelo Tribunal, irracional dizer que não é possível a concessão das medidas de urgência na hipótese em análise.

⁷³ CÂMARA, Alexandre Freitas. Juizados Especiais (..) 2012. p. 177.

A depender do número de processos que tramita em determinada vara de juizado especial, poderia eventual ação sobrestada por conta do incidente terminar antes daquele prazo não fosse a instauração deste. Fato que torna mais indispensável ainda a concessão das medidas de urgência neste caso.

CONCLUSÃO

1. Forma o incidente de resolução de demandas repetitivas decisão que tem a natureza de um precedente vinculante, o qual traz ao ordenamento os benefícios da isonomia dos jurisdicionados perante as decisões judiciais referentes às mesmas questões de direito, celeridade processual, desestímulo à litigância e favorecimento na formação de acordos.

2. Em contra partida, deve-se chamar atenção ao possível engessamento do direito se não forem criados pelos tribunais instrumentos eficazes de revogação e complementação dos precedentes formados pelo incidente. Importante também ressaltar o papel da doutrina no desenvolvimento de trabalhos a respeito da teoria dos precedentes, a fim de que se utilize de maneira correta a decisão do instituto em questão.

3. É possível a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil no microssistema dos Juizados Especiais desde que não haja norma expressa a respeito daquilo que se quer aplicar, e desde que haja compatibilidade com a principiologia do microssistema.

4. A decisão do incidente adequa-se perfeitamente aos princípios dos Juizados, bem como às suas regras. Ao trazer ela à este microssistema todos os seus benefícios colabora ainda com a realização dos seus princípios de forma mais incisiva.

5. No tocante ao procedimento do incidente, há que se fazer algumas ressalvas quanto à sua compatibilização com os juizados, visto que esbarra ele nos princípios da simplicidade/informalidade, economia processual, bem como na regra da concentração dos atos em audiências. Não obstante estes entraves - os quais não representam grande prejuízo à sistemática dos juizados e podem de certa forma serem contornados -, pode-se afirmar que cabe o incidente nos Juizados, em função dos benefícios que pode trazer ele a este microssistema.

6. No campo da experiência empírica e operativa, espera-se que traga o incidente aos Juizados diminuição das demandas repetitivas, maior agilidade a estas, bem como maior uniformização à sua jurisprudência. Contudo, é importante chamar

atenção para que nos incidentes instaurados a partir dos Juizados haja a efetiva participação da coletividade interessada na decisão, sob pena de se tornar o instituto em questão campo fértil para legitimação dos abusos cometidos pelos litigantes habituais.

7. Deve o incidente instaurado a partir dos Juizados Especiais ser julgado pelos Tribunais de Justiça ou pelos Tribunais Regionais Federais, tendo em conta que o Novo CPC atribui o seu julgamento pelo plenário ou pelos órgãos colegiados que o respectivo tribunal indicar. Além disso, ao atribuir-se competência para os Tribunais julgarem os incidentes, previne-se a existência de decisões conflitantes a respeito de um mesmo ponto de direito, visto que pode ocorrer de serem discutidas em sede de incidente, tanto no procedimento comum, como nos Juizados as mesmas questões de direito.

8. Por uma questão lógica, os precedentes formados a partir dos procedimentos comuns também se aplicam aos Juizados Especiais, haja vista que embora sejam sistemas processuais distintos estão contidos dentro do mesmo ordenamento. Além disso, é inclusive a utilização dos precedentes formados no procedimento comum, evitam os entraves trazidos pela aplicação do incidente no microssistema em debate.

9. Há compatibilização com as atuais regras de uniformização de jurisprudência previstas nas Leis que regem os Juizados Especiais. Embora a utilização daquelas deva ficar mais restrita com a vigência do incidente, continuarão elas a serem utilizadas nos casos que não ensejarem a instauração do deste.

10. Há também possibilidade da concessão de medidas de urgência no eventual incidente instaurado a partir dos Juizados Especiais. É de entendimento pacífico da doutrina e jurisprudência a possibilidade tanto da concessão de antecipação de tutela como de cautelar em sede do microssistema em estudo. Além disso, a aplicação do incidente nos Juizados Especiais não cria situação que inviabilize ou torne desnecessária a concessão de tais medidas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Pedro Manoel. **Acesso à justiça e juizados especiais: o desafio histórico da consolidação de uma justiça cidadã no Brasil**. Florianópolis: Fundação Boiteaux, 2004.

BARBOSA, Andrea Carla; CANTORÁRIO, Diego Martinez Fervenza. **O novo processo civil brasileiro (direito em expectativa): (reflexões acerca do projeto do novo Código de Processo Civil)**. Coordenador Luiz Fux. Rio de Janeiro: Forense. 2011.

BASTOS, Antonio Adonias Aguiar. **O Devido Processo Legal nas Causas Repetitivas**. In: Tutela jurisdicional coletiva. Salvador: JusPodivm, 2009.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. CÂMARA FEDERAL. Projeto de Lei do Novo Código de Processo Civil – Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 8.046 de 2010 (PL nº 8.046, de 2010). Brasília: Câmara Federal-DF, Presidência, 2010.

_____. CONGRESSO NACIONAL. SENADO FEDERAL. COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil — Projeto de Lei do Senado nº 166 de 2010 (PLS nº 166, de 2010). Brasília: Senado Federal-DF, Presidência, 2010.

_____. CONGRESSO NACIONAL. SENADO FEDERAL. Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6025, de 2005, ao Projeto de Lei nº 8046, de 2010, ambos do Senado Federal, e outros, que tratam do "Código de Processo Civil" (revogam a Lei nº 5.869, de 1973) (PL602505). Brasília: Câmara Federal – DF, Presidência, 2012.

_____. Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

_____. Lei n.º 9.099 de 26 de setembro de 1.995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.

_____. Lei n.º. 10.259, de 12 de julho de 2001 . Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Federais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal

_____. Lei n.º. 12.153, de 22 de dezembro de 2009 . Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

_____.Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Recurso Inominado n. 2010.200297-3 , de Presidente Getúlio, rel. Juiz Roberto Ramos Alvim , 2º Turma de Recursos, julgamento em 16 de maio de 2011, DE. 16/05/2011. Disponível em <www.tjsc.jus.br>. Acesso em: 15 de maio de 2012.

_____.Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Recurso Inominado n. 2011.700800-7, de Itajaí, rel. Des. Osvaldo João Ranzi, 7º Turma de Recursos (Itajaí), julgamento em 17 de outubro de 2011, DE. 17/10/2011. Disponível em <www.tjsc.jus.br>. Acesso em: 15 de maio de 2012.

BUENO, Cássio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil. São Paulo: Saraiva. 2008. p. 65.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados Especiais cíveis estaduais, federais e da fazenda pública uma abordagem crítica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2012.

CUNHA, Luciana Gross Siqueira. **Juizado especial: criação, instalação, funcionamento e a democratização do acesso à justiça**. São Paulo: Saraiva, 2008.

ENUNCIADOS ATUALIZADOS ATÉ O XXX FORUM NACIONAL DE JUIZADOS ESPECIAIS 16 a 18 de novembro de 2011 – São Paulo/SP. Disponível em: <http://www.fonaje.org.br/2012/?secao=exibe_secao&id_secao=6 > Acesso em: 01/06/2012.

FIGUEIRA Junior, Joel Dias / TOURINHO Neto, Fernando da Costa. Juizados Especiais cíveis e criminais: comentários à Lei 9.099/95. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora dos Tribunais, 2007. p 44.

FUX, Luiz. **O novo processo civil brasileiro (direito em expectativa): (reflexões acerca do projeto do novo Código de Processo Civil.** Coordenador Luiz Fux. Rio de Janeiro: Forense. 2011. p. 22.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Comentários ao Código de Processo Civil – Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973.** Rio de Janeiro: Forense, 2009. Volume V, p 4.

MARINONI, Luiz Guilherme. Precedentes Obrigatórios. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2010. p. 141.

_____; MITIDIERO, Daniel. **O Projeto do CPC: Críticas e Propostas.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010. p.16.

_____. **Técnica processual e tutela dos direitos.** 3 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010. p. 79.

ROSA, Renato Xavier da Silveira. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: Artigos 895 a 906 do Projeto de Código de Processo Civil, PLS nº 166/2010.** Monografia (Curso de Pós-Graduação – stricto sensu – em Direito). Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

SILVA, Ovídio. A Baptista da. **Juizado de pequenas causas.** Porto Alegre: Letras Jurídicas 1985.

_____; GOMES Fábio Luiz. **Teoria geral do processo civil.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2009.

ANEXOS**Câmara dos Deputados - PL 8.046/2010**

Autor: Senado Federal - José Sarney

**Data da
Apresentação:** 22/12/2010

Ementa: Código de Processo Civil.

**Forma de
Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Texto Despacho: Trata-se de projeto de código, sendo aplicáveis as regras constantes do art. 205 e seguintes do RICD. Em consequência, dê-se ciência ao Plenário, inclua-se na Ordem do Dia, publique-se e distribua-se em avulsos. Constitua-se Comissão Especial para emitir parecer sobre o projeto e as emendas. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: Especial.

**Matérias sujeitas a
normas especiais:** Especial

Em 05/01/2011

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

[...]

CAPÍTULO III

DA IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO

Art. 307. O juiz julgará liminarmente improcedente o pedido que se fundamente em matéria exclusivamente de direito, independentemente da citação do réu, se este:

I – contrariar súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça;

II – contrariar acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;

III – contrariar entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência.

§ 1º O juiz também poderá julgar liminarmente improcedente o pedido se verificar, desde logo, a ocorrência a decadência ou a prescrição.

§ 2º Não interposta a apelação, o réu será intimado do trânsito em julgado da sentença.

§ 3º Aplica-se a este artigo, no que couber, o disposto no art. 306.

[...]

CAPÍTULO II

DA ORDEM DOS PROCESSOS NO TRIBUNAL

Art. 884. Os autos serão registrados no protocolo do tribunal no dia de sua entrada, cabendo à secretaria verificar-lhes a numeração das folhas e ordená-los para distribuição.

Parágrafo único. Os serviços de protocolo poderão, a critério do tribunal, ser descentralizados, mediante delegação a órgãos de justiça de primeiro grau.

Art. 885. Far-se-á a distribuição de acordo com o regimento interno do tribunal, observando-se os princípios da publicidade, da alternatividade e do sorteio.

Art. 886. O recurso de um dos litisconsortes torna prevento o relator para os interpostos pelos demais, na forma do regimento interno do tribunal.

Art. 887. Distribuídos, os autos serão submetidos imediatamente à apreciação do relator, que, depois de estudá-los, os restituirá à secretaria com o seu “visto”, cabendo-lhe fazer exposição dos pontos controvertidos sobre os quais versar a causa.

Art. 888. Incumbe ao relator:

I – dirigir e ordenar o processo no tribunal;

II – apreciar o pedido de tutela de urgência ou da evidência nos recursos e nos processos de competência originária do tribunal;

III – negar seguimento a recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão ou sentença recorrida;

IV – negar provimento a recurso que contrariar:

a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal;

b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de casos repetitivos;

c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência.

V – dar provimento ao recurso se a decisão recorrida contrariar:

a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal;

b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal, ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de casos repetitivos;

c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;

VI – exercer outras atribuições estabelecidas nos regimentos internos dos tribunais.

[...]

CAPÍTULO VII

DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS

Art. 930. É admissível o incidente de demandas repetitivas sempre que identificada controvérsia com potencial de gerar relevante multiplicação de processos fundados em idêntica questão de direito e de causar grave insegurança jurídica, decorrente do risco de coexistência de decisões conflitantes.

§ 1º O pedido de instauração do incidente será dirigido ao Presidente do Tribunal:

I – pelo juiz ou relator, por ofício;

II – pelas partes, pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública, por petição.

§ 2º O ofício ou a petição a que se refere o § 1º será instruído com os documentos necessários à demonstração da necessidade de instauração do incidente.

§ 3º Se não for o requerente, o Ministério Público intervirá obrigatoriamente no incidente e poderá assumir sua titularidade em caso de desistência ou de abandono.

Art. 931. A instauração e o julgamento do incidente serão sucedidos da mais ampla e específica divulgação e publicidade, por meio de registro eletrônico no Conselho Nacional de Justiça.

Parágrafo único. Os tribunais promoverão a formação e atualização de banco eletrônico de dados específicos sobre questões de direito submetidas ao incidente, comunicando, imediatamente, ao Conselho Nacional de Justiça, para inclusão no cadastro.

Art. 932. Após a distribuição, o relator poderá requisitar informações ao órgão em cujo juízo tem curso o processo originário, que as prestará em quinze dias; findo esse prazo improrrogável, será solicitada data para admissão do incidente, intimando-se o Ministério Público.

Art. 933. O juízo de admissibilidade e o julgamento do incidente competirão ao plenário do tribunal ou, onde houver, ao órgão especial.

§ 1º Na admissibilidade, o tribunal considerará a presença dos requisitos do art. 930 e a conveniência de se adotar decisão paradigmática.

§ 2º Rejeitado o incidente, o curso dos processos será retomado; admitido, o tribunal julgará a questão de direito, lavrando-se o acórdão, cujo teor

será observado pelos demais juízes e órgãos fracionários situados no âmbito de sua competência, na forma deste Capítulo.

Art. 934. Admitido o incidente, o presidente do tribunal determinará, na própria sessão, a suspensão dos processos pendentes, em primeiro e segundo graus de jurisdição.

Parágrafo único. Durante a suspensão poderão ser concedidas medidas de urgência no juízo de origem.

Art. 935. O Relator ouvirá as partes e os demais interessados, inclusive pessoas, órgãos e entidades com interesse na controvérsia, que, no prazo comum de quinze dias, poderão requerer a juntada de documentos, bem como as diligências necessárias para a elucidação da questão de direito controvertida; em seguida, no mesmo prazo, manifestar-se-á o Ministério Público.

Art. 936. Concluídas as diligências, o relator pedirá dia para o julgamento do incidente.

§ 1º Feita a exposição do incidente pelo relator, o presidente dará a palavra, sucessivamente, ao autor e ao réu do processo originário, e ao Ministério Público, pelo prazo de trinta minutos, para sustentar suas razões.

§ 2º Em seguida, os demais interessados poderão se manifestar no prazo de trinta minutos, divididos entre todos, sendo exigida inscrição com quarenta e oito horas de antecedência.

Art. 937. As partes, os interessados, o Ministério Público e a Defensoria Pública, visando à garantia da segurança jurídica, poderão requerer ao tribunal competente para conhecer de eventual recurso extraordinário ou especial a suspensão de todos os processos em curso no território nacional que versem sobre a questão objeto do incidente.

Parágrafo único. Aquele que for parte em processo em curso no qual se discuta a mesma questão jurídica que deu causa ao incidente é legitimado,

independentemente dos limites da competência territorial, para requerer a providência prevista no caput.

Art. 938. Julgado o incidente, a tese jurídica será aplicada a todos os processos que versem idêntica questão de direito e que tramitem na área de jurisdição do respectivo tribunal.

Parágrafo único. Se houver recurso e a matéria for apreciada, em seu mérito, pelo plenário do Supremo Tribunal Federal ou pela corte especial do Superior Tribunal de Justiça, que, respectivamente, terão competência para decidir recurso extraordinário ou especial originário do incidente, a tese jurídica firmada será aplicada a todos os processos que versem idêntica questão de direito e que tramitem em todo o território nacional.

Art. 939. O incidente será julgado no prazo de seis meses e terá preferência sobre os demais feitos, ressalvados os que envolvam réu preso e os pedidos de habeas corpus.

§ 1º Superado o prazo previsto no caput, cessa a eficácia suspensiva do incidente, salvo decisão fundamentada do relator em sentido contrário.

§ 2º O disposto no § 1º aplica-se, no que couber, à hipótese do art. 937.

Art. 940. O recurso especial ou extraordinário interposto por qualquer das partes, pelo Ministério Público ou por terceiro interessado será dotado de efeito suspensivo, presumindo-se a repercussão geral de questão constitucional eventualmente discutida.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no caput, interpostos os recursos, os autos serão remetidos ao tribunal competente, independentemente da realização de juízo de admissibilidade na origem.

Art. 941. Não observada a tese adotada pela decisão proferida no incidente, caberá reclamação para o tribunal competente.

Parágrafo único. O processamento e julgamento da reclamação observarão o Capítulo VIII, deste Livro.

ÚLTIMAS EMENDAS REFERENTES AO IRDR REALIZADAS ATÉ O DIA 22/12/2012 PELA COMISSÃO ESPECIAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI N. 8048/2012 (Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_emendas?idProposicao=490267>. Acesso em 05/05/2012.

[...]

EMENDA N° 750

Dê-se ao parágrafo 1.º do art. 930 do Projeto de Lei n.º 8.046, de 2010, a seguinte redação:

“Art. 930.

§1.º O incidente poderá ser provocado pelo juiz, ao proferir decisão de mérito, ou pelo relator do recurso, ao receber a apelação, de ofício ou a requerimento da parte ou do Ministério Público, e será dirigido ao Presidente do Tribunal, por ofício instruído com os documentos necessários à demonstração da necessidade da sua instauração.

[...]

EMENDA N° 751

Dê-se ao caput do art. 933 do Projeto de Lei n.º 8.046, de 2010, a seguinte redação:

“Art. 933. O juízo de admissibilidade e o julgamento do incidente competirão ao plenário ou ao órgão colegiado que o Regimento Interno do tribunal indicar. Em qualquer hipótese, o órgão competente deverá ser integrado, em sua maioria, por desembargadores que componham os órgãos fracionários com competência recursal para o julgamento da matéria.

[...]

EMENDA N° 752

Dê-se aos parágrafos do art. 938 do Projeto de Lei n.º 8.046, de 2010, a seguinte redação:

“Art. 938.

§1º Para fiscalizar e implementar os atos de liquidação e cumprimento da sentença coletiva, poderá ser nomeada pessoa qualificada, física ou jurídica, que terá acesso irrestrito ao banco de dados e à documentação necessária ao desempenho da função, dotado dos poderes necessários, especificados pelo órgão judiciário que o nomeou, para tanto.

§2.º Envolvendo a matéria questão de direito relativa à prestação de serviço concedido, permitido ou autorizado, será comunicada ao órgão ou agência reguladora responsável para fiscalização do efetivo cumprimento da decisão adotada, por parte das empresas sujeitas à regulação.

§3.º Se houver recurso e a matéria for apreciada, em seu mérito, pelo plenário do Supremo Tribunal Federal ou pela corte especial do Superior Tribunal de Justiça, que, respectivamente, terão competência para decidir recurso extraordinário ou especial originário do incidente, a tese jurídica firmada será aplicada a todos os processos que versem idêntica questão de direito e que tramitem em todo o território nacional.”

[...]

EMENDA N° 813

Dê-se ao art. 930 do Projeto de Lei n° 8.046, de 2010, a seguinte redação:

“Art. 930. É admissível o incidente de demandas repetitivas sempre que identificada controvérsia com potencial de gerar relevante multiplicação de processos fundados em idêntica questão de direito e de fato e de causar grave insegurança jurídica, decorrente do risco de coexistência de decisões conflitantes.”
(NR)

[...]

EMENDA ADITIVA – N° 818

Inclua-se no art. 930 do PL nº 8.046/2010, parágrafo com a seguinte redação:

§ Somente configura controvérsia capaz de instaurar o incidente de resolução de demandas repetitivas a demonstração, por quem faz o pedido de instauração do incidente, da existência de decisões conflitantes sobre a mesma questão de direito.